



Audiovisual paraibano: redes, cidadania e prática social

Kleyton Jorge Canuto

Benares

Audiovisual paraibano: redes, cidadania e prática social

Kleyton Jorge Canuto

Benares
Campina Grande, 2024

Audiovisual paraibano: redes, cidadania e prática social. © 2024 Kleyton Jorge Canuto
Audiovisual paraibano: redes, cidadania e prática social. ©2019-2024 Benares Editora

Projeto gráfico: Benares Editora
Preparação e Revisão: Joarlan de Sousa Colaço
Diagramação: Joarlan de Sousa Colaço
Capa e Ilustrações: Freepik

Conselho Editorial:

Alane da Silva Mota – Me. História/UFCG
José Luciano de Queiroz Aires - UFCG
Livia Chaves Melo – UFT
Lívia Maria Ferreira - IFPB
Lucas Ribeiro de Moraes – Me. Letras Português/UFCG
Maria de Sousa Leite Filha - UFCG
Mylena de Lima Queiroz – UECE
Raphael Souza Cruz - IFRN
Rosangela de Melo Rodrigues - UFCG

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Canuto, Kleyton Jorge
Audiovisual paraibano: redes, cidadania e prática social 1ª ed. Campina Grande, PB:
Benares Editora, 2024. ePub/PDFI
Bibliografia.

ISBN 978.65.81197.32.2

DOI doi.org/10.57052/benares.978-65-81197-33-9

1. Cidadania 2. Cultura digital 3. Linguagem audiovisual 4. Movimentos sociais 5. Paraíba (Estado) - Aspectos culturais 6. Práticas midiáticas 7. Produção audiovisual 8. Redes sociais online I. Título.

24-211993

CDD-006.7

Índices para catálogo sistemático:

1. Áudio e vídeo: Produção audiovisual 006.7

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

© Todos os direitos reservados ao autor Kleyton Jorge Canuto. Este livro ou parte dele não pode ser reproduzido por qualquer meio sem a autorização do autor ou da Benares Editora. As ideias contidas neste livro são de responsabilidade de seu autor.

Apresentação, 5

O audiovisual paraibano enquanto movimento social: práticas sociopolíticas e uso dos dispositivos midiáticos virtuais - [Kleyton Jorge Canuto], 06

Comunicação, movimentos sociais e o audiovisual, 07

Contexto e entidades do audiovisual paraibano, 12

ABD-PB (Associação Brasileiras de Documentaristas e Curtametragistas, 13

Moinho de Cinema da Paraíba, 14

Cineclubes e Festivais, 14

Acauã Produções Culturais, 15

Projeto Cinestésico, 16

Projeto Jabre, 17

Ações práticas virtuais e reais do movimento audiovisual paraibano e suas socialidades, 17

Considerações finais, 21

Referências, 23

Aproximação do pensamento *flusseriano* com o receptor ativo nas redes sociais - [Kleyton Jorge Canuto e Klauber Jorge Canuto], 25

O ciberespaço enquanto espaço social democrático: conceitos gerais e contribuições *flusserianas*, 27

Redes sociais e a ação dos movimentos sociais no ciberespaço, 32

Metodologia, 37

Considerações finais, 38

Referências, 39

O audiovisual paraibano enquanto elemento promotor de cidadania cultural - [Kleyton Jorge Canuto], 43

O audiovisual e cidadania cultural, 44

Movimentos sociais e articulação nas redes, 46

Contexto, atores e ações práticas do audiovisual paraibano, 49

Considerações finais, 55

Referências, 57

O uso e apropriação de redes sociais digitais como canais de informação e participação dos movimentos sociais contra-hegemônicos junto à comunidade - *Kleyton Jorge Canuto e Klauber Jorge Canuto*], 60

Movimentos sociais populares no contexto contra-hegemônico e disseminação de informação, 62

Dialética sobre dispositivos, redes e sistemas; usos e apropriação na organização social, 65

Recepção Ativa e participação: potencialidades das redes sociais digitais, 68

Metodologia, 70

Considerações finais, 72

Referências, 73

Apresentação

O autor e organizador deste livro, reuniu uma coletânea de artigos que produziu sozinho e outros em parceria. Fruto de anos de estudos, pesquisas e trabalho de Kleyton Jorge Canuto, o livro apresenta resultados de suas pesquisas, suas reflexões e teses sobre audiovisual paraibano.

**O Audiovisual paraibano enquanto
movimento social: práticas sociopolíticas e
uso dos dispositivos midiáticos virtuais**

O movimento do audiovisual paraibano, vanguardista por sua história, a partir dos anos 2000, começa a utilizar dispositivos midiáticos digitais para a melhoria da articulação e comunicação de seus membros, aproximando entidades, efetivando uma participação pluralista na elaboração de táticas e estratégias de atuação de postura contra hegemônica em favor da democratização do acesso ao audiovisual local. Isso irá desencadear em ações práticas sociais como festivais, fóruns, mobilizações, criação de novos espaços para exibição, qualificação técnica, crescimento na produção de curtas metragens.

Buscando analisar outras frentes de produção e atuação fora do contexto industrial hegemônico (TURNER, 1997), este artigo se propõe a pensar o audiovisual paraibano como prática social não analisando seu conteúdo estético, mas sim na sua organização enquanto movimento social compreendendo seu potencial ideológico (CANEVACCI, 1984) e que utiliza dispositivos midiáticos digitais para elaborar estratégias de promoção da cidadania cultural e de democratização da comunicação e acesso aos bens culturais.

Utilizamos para a elaboração deste texto pesquisas bibliográficas referentes aos conceitos teóricos de comunicação e mídias, de movimentos sociais, contra-hegemonia, dispositivos midiáticos digitais e sobre cinema, além de analisarmos descritivamente dados prospectados em pesquisa de campo sobre o audiovisual paraibano no seu atual contexto e história recente.

Comunicação, movimentos sociais e o audiovisual

Os movimentos sociais sempre se utilizaram das mídias como elemento estratégico de informação, comunicação, reivindicação de demandas e articulação interna. Na organização de suas ações, os meios são tidos enquanto dispositivos de aproximação com a sociedade como um todo e elemento discursivo frente ao Estado e as estruturas hegemônicas.

Eles emergiram como formas de pressão da sociedade civil frente à esfera do Estado por ações públicas efetivas, mediante ao não contentamento

com as políticas públicas, que por centralidade ou por favorecimento a alguma elite geraram disparidades sociais e frente a isso, a parcela excluída da população mobiliza-se em organizações. Segundo Regina Festa:

Os movimentos sociais não ocorrem por acaso. Eles têm origem nas contradições sociais que levam parcelas ou toda população a buscar formas de conquistar ou reconquistar espaços democráticos negados pela classe de poder, e postulam novos espaços sociais, ora através de confrontação ora por participação (idem, 1986, p. 11-13).

Considerando isto, é válido ressaltar que os movimentos sociais nascem nas tensões entre classes sociais mediante a uma conjuntura de desequilíbrio de forças diante da hegemonia do Estado. O Conceito de hegemonia, trabalhado por Gramsci, remete o que está organicamente ligado ao Estado, perfaz pela relação também orgânica entre sociedade política e sociedade civil, o que elevado ao longo do tempo a ser chamada de ‘espaço público não estatal’ (BURGOS, 2007, p. 128 -130) e dotada de caráter político legítimo, como pode afirmar a cientista política Evelina Dagnino:

A ação política não se limita a sociedade política, como a teoria da sociedade civil sustenta, mas é parte lógica da sociedade civil, cujos autores, ao defender projetos na esfera pública e desenvolver a ação coletiva, estão fazendo política, disputando espaços de poder e orientando a política pública. Gramsci [...] mostra que a sociedade civil é terreno do poder e, portanto, campo da ação política. (DAGNINO apud BURGOS, 2007).

Em oposição à ideia de hegemonia, se atribui o conceito de contra hegemonia, em que essa oposição se manifesta no sentido restritivamente antagônico e não de substituição ao hegemônico, numa ideia de distanciamento ideológico pautado em ideais que geram uma constante ação e reflexão contundente ao status quo vigorado (PAIVA, 2008). Dagnino ainda ressalta que há uma heterogeneidade de atores civis, e que no seu cerne, inclusive possam existir projetos nem tão civis muito menos democratizantes, configurando uma arena plural de lutas e conflitos (idem, 2007).

Esta definição aproxima-se muito da ideia de sociedade civil de Dênis de Moraes. O autor associa esse posicionamento – também sob influência gramsciana – ressaltando que nessa arena, atuam aparelhos autônomos do Estado que buscam estabelecer consenso seja para manutenção ou reversão dos padrões dominantes, e entende que a hegemonia não se reduz a força e correção, mas e resultado de embates ente visões de mundo e valores no interior de uma sociedade quanto das mediações de forças entre blocos sociais em determinado contexto histórico (MORAES, 2008).

Seja através do diálogo participativo ou em oposição às políticas públicas vigentes, os movimentos sociais se configuram como instância decisória e mediante sua articulação pode-se configurar enquanto sociedade civil organizada, disposta a construir políticas afirmativas para parcelas da sociedade desfavorecidas de certos bens.

A sociedade civil organizada sempre desempenhou um papel de grande importância no cenário político de uma sociedade. Reivindicando em prol dos setores marginalizados pelas políticas públicas de estado e contrapondo as pressões dos setores privados dominantes, os movimentos sociais de caráter popular integram um dos pilares vitais para manutenção do sistema democrático (DAGNINO apud BURGOS, 2007).

Os movimentos sociais se diferenciam da sociedade civil organizada, tanto pela não subordinação de uma pela outra, como também pelo fato dos movimentos sociais populares operarem na lógica da oposição e da contra hegemonia, sendo uma das expressões mais dinâmicas de resistência (DOWNING, 2002). Enquanto isso, a sociedade civil organizada é composta, também, por entidades pró-hegemônica, conservadoras e diretamente ligada às instituições de poder vigente, criando um jogo de disputa interna em que Scott irá chamar de *infrapolítica* (SCOTT in DOWNING, 2002).

Em geral, as artes e a cultura são alguns dos bens reivindicados pela sociedade, e os movimentos sociais de cunho artístico-cultural desempenham, em tese, a busca por uma democratização ao acesso de bens culturais, preservando a pluralidade das identidades e a diversidade cultural, bem como estimular a cidadania cultural em sua instância *sociocomunicativa* (CORTINA,

2012) na medida em que permitem minorias manifestarem suas identidades e estabelecer outro canal de comunicação paralelo as mídias hegemônicas.

Para efetivação desta cidadania e promoção da cultura, movimentos sociais utilizam e se apropriam de dispositivos midiáticos como canais de aproximação entre suas ações e o público. Entendendo movimentos sociais enquanto ação social coletiva que se transforma mediante aos modos de produção (MALFATTI), consideremos a influência das novas tecnologias no *modus operandi* dos movimentos. Estes se apropriam dos seus dispositivos midiáticos para otimizarem suas ações.

Para fazer valer suas ações, os movimentos sociais utilizam as mídias como formas de propagação do seu discurso. Estas se configuram como canais de informação, participação e mobilização dos movimentos, por razões múltiplas como alcance, eficácia, disponibilidade, retorno, entre outros aspectos. A relevância da escolha da Internet e seus dispositivos como mídia pode estar associada a sua natureza de aspecto colaborativo germinado no seu nascedouro, onde existe uma flexibilidade na sua forma e construção do seu espaço.

No início deste século XXI, a Internet através dos seus dispositivos midiáticos, a exemplo das redes sociais, se tornou uma ferramenta de uso contínuo para o esclarecimento dos propósitos dos movimentos, assim como assumiu o papel de canal de participação dos indivíduos na construção de pautas e estratégias, afirmação de demandas e comunicação direta entre os movimentos sociais e a população, se configurando como uma opção contra-hegemônica ante os modelos midiáticos vigentes. Sobre essa aproximação entre os movimentos sociais e a Internet, Manuel Castells afirma que os movimentos “encontraram nela (A rede) seu meio apropriado de organização, esse movimentos abriram e desenvolveram novas avenidas de troca social, que, por sua vez, aumentaram o papel da Internet como sua mídia privilegiada (CASTELLS, 2003, p.114-115)”.

Essa aproximação dos movimentos com os meios virtuais encontra respaldo na teoria de Innis. Na sua discussão sobre a materialidade dos meios, nos quais ele denomina meios leves e pesados, Innis afirma que “um meio

pode ser mais apropriado para a disseminação do conhecimento através do espaço através em detrimento do tempo (INNIS, 2011, p. 103)”. A rede como veículo leve, possui característica de acúmulo de informação que possa ser disponibilizada em tempo instantâneo, possibilitando uma dinâmica de conversação quase em tempo real. Para a maioria dos movimentos que operam dentro de uma lógica tática na construção de suas ações, a rede facilita, em tese, o contato, a articulação e elaboração de estratégias em um espaço de tempo suficiente para que suas ações tenham mais chances de lograr êxito.

Isso implica numa transformação do próprio agir dos movimentos, reconfigurando suas práticas. Da mesma forma que os movimentos interferem no meio virtual, o meio virtual também interfere nos movimentos. No *bios* midiático as relações sociais designam comunidade na ideia de compartilhamento, troca, ao que pode se pertencer a todos (SODRÉ, 2006). Nesse contexto, gera-se uma nova vivência, vinculada ao plano virtual, criando formas de relações sociais – o *habitus*. Da maneira que através das práticas dos movimentos alteram a finalidade da rede, que gradativamente sai da dimensão *societal* – controladas e impulsionadas pelo Estado e as organizações empresariais e atinge uma dimensão *sociável*, operando de baixo pra cima, partindo do princípio de reciprocidade (idem, 2009, p. 238).

Sodré ainda nos acrescenta as relações desse contexto social entre os movimentos e a sociedade nasce à ideia de vinculação, que para ele, é “muito mais do que um mero processo interativo, porque pressupõe a inserção social e existencial do indivíduo desde dimensão imaginária [...] até as deliberações frente às orientações práticas de conduta, isto é, aos valores (idem, 2006, p.93)”. Isso resvala na constituição do caráter público da informação e da prática social dos movimentos sociais, pois “forma-se modos de organização da cidadania e de auto-representação da sociedade, nos modos como ela deseja perceber-se e se tornar visível (idem, p. 95)”.

Sendo assim, ocorre uma *reterritorialização* do espaço virtual enquanto meio, bem como reconfigura o papel da mídia na construção social dotada de um sentido sociável. Martín-Barbero emprega o termo de *sociabilidade*,

considerando que a sociedade é fragmentada e possui uma expressão múltipla dos atores sociais que gera modos de relacionar-se com a comunicação, apropriando-se dela e de seus dispositivos, construindo produtos sociais cotidianamente (MARTÍN-BARBERO, 1995, p.59).

Contexto e entidades do audiovisual paraibano

Considerando o panorama brasileiro, diversos movimentos utilizam e se apropriam das mídias digitais e da plataforma da web enquanto campo de atuação discursiva e produção de conteúdo – a exemplo do CMI¹ (Centro de Mídia Independente) e do portal Intervozes² - bem como ferramenta de organização interna e canal de diálogo com a população. O crescimento do acesso às tecnologias de informação e comunicação (TIC's)³ permite uma evidência maior na atuação destes movimentos, assim como uma audiência mais ativa, variada com caráter participativo e colaborativo (DOWNING, 2002) mediante a dinâmica de cada movimento social e suas entidades.

No estado da Paraíba não é diferente. Sites das mais variadas categorias e finalidades de interesse sociocultural compõem uma frente paralela de informação e comunicação ante as chamadas mídias oficial (estado) e hegemônica (privado), criando uma mídia independente e alternativa, se apropriando das mídias digitais como ferramentas de articulação, debate e ação tática para galgar novos campos de atuação, propor políticas de interesse coletivo e almejar uma cidadania cultural efetiva.

Dentre as tantas iniciativas e frentes de atuação, cabe destacar as ações do movimento de audiovisual paraibano. No entanto, faz-se necessário compreender que o movimento de audiovisual paraibano não é instituído, formalizado ou possui uma composição hierárquica definida. Podemos considerá-lo com um conjunto de entidades e ações que visam os interesses do audiovisual paraibano e suas relações com a sociedade.

1 <http://www.midiaindependente.org/>

2 <http://www.intervozes.org.br/>

3 Dados do Comitê Gestor da Internet no Brasil apontam para uma base de 38% da população com acesso a Internet (COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL, 2012) <http://cetic.br/usuarios/tic/2011-total-brasil/rel-geral-04.htm>

Sua composição é plural e multifacetada, tendo como seus participantes entidades classistas (ABD-PB), independentes (Cineclubes, movimento pelo cine São José, Moinho de Cinema da Paraíba, Fundação Acauã, etc.), órgãos e instituições governamentais (UFPB, UFCG, UEPB, SeCult/PB, Funjope dentre outros) que operam na discussão com a sociedade e com as esferas pública e privada em busca de espaços seja de interesse profissional ou relativo à função social que o audiovisual contribui para o bem estar e cidadania, investindo nos campos do fomento à produção, formação qualificada, distribuição, exibição e circulação de materiais audiovisual e promoção de festivais de acesso à população. É visível que neste contexto, ocorrem processos de disputa da hegemonia interna ou infrapolítica, como definiria Scott (apud MORAES, 2008).

Sendo assim, cabe neste momento fazer uma breve apresentação e descrição das principais entidades que configuram o movimento audiovisual paraibano, e seus principais objetivos.

ABD-PB

A ABD-PB (Associação Brasileiras de Documentaristas e Curtametragistas – secção Paraíba) é uma entidade de classe sediada em João Pessoa, capital do estado da Paraíba e tem como seu principal objetivo apoiar a realização e produção audiovisual em vários suportes, principalmente ao curta-metragem. Atualmente, a ABD-PB tem sede própria onde realiza mostras, cursos, palestras, oficinas e abriga um dos Pontos de Cultura do Programa Cultura Viva [MinC] – a Urbe Audiovisual. A URBE desenvolve desde março de 2005 ações de formação, através de oficinas básicas, de especialização e cursos livres, visando à disseminação do fazer audiovisual (ABD-PB, 2012).

Sua atuação midiática se utiliza de um website, do microblog *twitter* para divulgar informações relativas ao audiovisual paraibano, nacional e internacional, a cerca de editais, programação de exibição, convocatórias, divulgação da produção independente local, além de emitir opiniões acerca

das políticas públicas do audiovisual nas esferas local e nacional. A ABD-PB é detentora de uma lista de discussão, composta por afiliados e não sócios que possuem algum vínculo com o audiovisual, e visa por meio deste dispositivo uma articulação de estratégia interna e externa, além de debates e comunicados oficiais, bem como a interlocução com pautas relativa à área em âmbito nacional.

Moinho de Cinema da Paraíba

O Moinho de Cinema da Paraíba é uma organização não governamental, sediada em Campina Grande, no agreste paraibano composta por 13 membros, que tem por objetivo o fomento, produção, apoio, exibição e distribuição da produção videográfica/cinematográfica da Paraíba. O Moinho utiliza o *twitter* para transmitir informações, compartilhar conteúdo relativo à comunidade de audiovisual, bem como fazer chamadas e comunicados de atos e eventos de mobilização relativos a demandas de necessidade dos movimentos em geral.

A entidade durante os anos 2008 e 2010 instituiu o ‘Projeto Moído’, que consistia em exibir curtas paraibanos e nacionais quinzenalmente em bares de Campina Grande com o intuito de fomentar a recepção. A programação ia desde clássicos da filmografia paraibana a curtas inéditos na cidade, buscando adaptar e aprimorar o gosto de espectador com a linguagem cinematográfica paraibana.

Cineclubes e Festivais

Dentre os principais cineclubes podemos elencar o Tintin Cineclube, em João Pessoa, Mário Peixoto, em Campina Grande e Walter Carvalho, em Sousa. Na Paraíba atualmente existem sete festivais de cinema, que foram criados ou estimulados a partir de articulações do movimento em parceria com universidades ou fundações, que acabou por criar um calendário anual interno de festivais. Os festivais que são realizados anualmente são: Fest

Aruanda (João Pessoa), Comunicurtas (Campina Grande), Cinema com Farinha (Patos), CineCongo (Congo), Curta Coremas (Coremas), CurtaCuité (Cuité), Festival de Mini Mídias (Alagoa Grande).

Os cineclubes e festivais também se utilizam do *twitter* para fazer divulgação das suas programações e criar uma aproximação com o seu público. No entanto, também fazem uso da rede social *facebook* para divulgar suas atividades, bem fazer convocatórias de seletivas para compor sua grade de programação através das chamadas *fanpages* e grupos de discussão. É nessa rede social onde se estabelecem os principais contatos internos entre estas organizações. Através de grupos de discussão são feitas solicitações e trocas de material para exibição em escolas, centro culturais e comunitários, casas de espetáculos e na rua, objetivando a estímulo ao hábito de consumir o audiovisual em formato de curta e longa metragem, apresentando outras janelas de exibição para o público através de eixos temáticos como identidade regional, gênero, escolas clássicas do cinema brasileiro, novas experimentações, memória, historicidade, etc.

Acauã Produções Culturais

Fundada no início da década de 90 na cidade de Aparecida, alto sertão paraibano, a Acauã Produções Culturais é uma ONG voltada para a cultura em geral, mas se destaca pelo trabalho com audiovisual onde mantém uma constante produção videográfica, além de manter em funcionamento o cineclubes Charles Chaplin, onde realiza mostras e exibições de obras paraibanas e nacionais. A Acauã também executa através de projetos alicerçados em editais públicos cursos de formação e produção em audiovisual, sempre em consonância com o polo de Sousa e dialogando com as demais cidades do sertão paraibano.

No campo da comunicação a ONG possui uma página no facebook (<https://www.facebook.com/pages/Acau%C3%A3-Produ%C3%A7%C3%B5es-Culturais/241241359301021>), e uma comunidade do Orkut (<http://www.orkut.com/Main#Community?cm>

[m=23431749&hl=pt-BR](https://www.acaua.org.br/)), onde informa suas ações e estabelece contatos com parceiros e seu público. Anualmente no mês de dezembro, a ONG faz mostras de cinema paraibano visando difundir o contato do público interiorano com as produções locais e do estado, criando mostras temáticas e oficinas, estabelecendo vínculos e parcerias entre a sociedade e as instituições do audiovisual (ACAUÃ, 2012).

Projeto Cinestésico

O Projeto Cinestésico é um projeto de ensino, pesquisa e extensão da Universidade Federal da Paraíba que pretende aproximar a educação e o cinema. Apropriando-se do jogo lúdico que a composição sonora da figura de linguagem sinestesia sugere, o Cinestésico tem como objetivo promover espaços de comunhão de sensações audiovisuais. Criado em 2008, o Projeto é coordenado pelas professoras Virgínia de Oliveira (CE/UFPB) e Marília Campos (LEC/URFRJ) e sua equipe colaboradora é formada por estudantes de Comunicação Social, Pedagogia, Educação Física, Filosofia e História. Além da viabilização desses espaços, o Cinestésico toma como objeto de estudo o processo de ressignificação promovido a partir dos produtos audiovisuais compartilhados, visando também à produção de obras audiovisuais.

A proposta é difundir e exibir produtos audiovisuais em diferentes instituições de ensino (superior e básico), a fim de iniciar os sujeitos nas linguagens audiovisuais, capacitando-os em sua formação na leitura reflexiva das mídias e de criações experimentais. Nesse processo, de leitura e produção, procura-se pesquisar as formas de produção de conhecimento implicadas nas linguagens audiovisuais, aproximando diferentes níveis e instituições de ensino e viabilizando construção de conhecimentos de diferentes áreas disciplinares. (CINESTÉSICO, 2012)

O projeto é atuante nos fóruns presenciais ordinários em João Pessoa, e possui como ferramenta de comunicação um blog onde divulga suas ações e informa outras atividades, além de servir de canal com seu público-alvo e interessados. Além disso, seus representantes atuam nas discussões do grupo

de Facebook “Movimento pelo Cinema da Paraíba”.

Projeto Jabre

O projeto Jabre é uma extensão da UFPB que visa à descentralização da produção audiovisual paraibana. Sua periodicidade é anual e consiste em premiar roteiros de jovens realizadores das cidades com até 120 mil habitantes (o que exclui as duas maiores cidades do estado, Campina Grande e João Pessoa). Temem seus objetivos:

“Reunir 10 (dez) roteiristas, através da seleção de projetos, para qualificação e, ao mesmo tempo, desenvolvimento de obras audiovisuais de jovens de todo o interior do Estado; Profissionalizar o fazer audiovisual no interior da Paraíba; Possibilitar a produção de obras audiovisuais que abordem as realidades econômica, social e cultural de várias regiões do Estado tendo como princípio a ideia de que ‘um país sem cinema é como uma casa sem espelho’; Possibilitar a fixação de jovens em suas cidades de origem a partir de uma atividade motivadora e ocupacional; Formar um senso estético cinematográfico entre jovens realizadores do interior da Paraíba; Tratar roteiros que tenha uma relevância artística, social e/ou econômica para o Estado; Utilização do audiovisual para registro da memória de cidades do interior.(JABRE, 2010)”

É um projeto que viabiliza a dinâmica da produção do estado, e seus contemplados nas edições geralmente se inserem no contexto da cena paraibana, participando ativamente das discussões empregadas no campo, além de difundir e dialogar com as produções dos grandes centros, através de mostras e festivais, que foram incentivados e criados através do Jabre e seus realizadores.

Ações práticas virtuais e reais do movimento audiovisual paraibano e suas socialidades

Sabe-se que o movimento do audiovisual paraibano através das

entidades que a compõe utilizam tecnologias de informação e comunicação desde agosto de 2003, na ocasião foi instaurada a lista de discussão da ABD-PB, também conhecida como de lista de corte. Essa tem por objetivo promover troca de informações, debates e deliberação de estratégias de ação da classe reivindicando demandas e políticas de estímulo a produção, circulação e formação no campo do cinema e vídeo. A lista agrega seus sócios, entidades parceiras de caráter independente e pública criando uma rede de diálogo que deram vazão, de maneira direta e indireta, ao crescimento tanto das produções, quanto a formações de plantel na área técnica e o aumento de espaços para exibições.

É perceptível que o uso da lista aproximou os realizadores do estado como um todo, que antes se viam isolados, e a partir de trocas fomentaram a criação de festivais que contemplam todas as mesorregiões da Paraíba, bem como ajudou de maneira indireta a expandir a produção no âmbito estadual, através dos seus cursos em que as chamadas eram de divulgações virtuais.

Com os anos, emergiu o uso de outros dispositivos como *twitter*, além de somar-se a iniciativa da ABD-PB outras entidades, como coletivos e cineclubes, o que fortaleceu e distribuiu bem as frentes de ação do movimento. Buscando uma dinamização e uma interação menos formal com a sociedade, as entidades recorreram à criação de *fanpages* na rede social Facebook, bem como a criação de grupos de discussão⁴ que possam ser consideradas comunidades virtuais de diálogo e interação entre seus participantes.

Estas comunidades foram preponderantes em alguns casos de embate entre o movimento do audiovisual paraibano e o poder público, como podemos citar o caso da revitalização do Cineteatro São José, em Campina Grande, onde pressões exercidas pelo movimento com apoio de parcela da sociedade civil organizada fizeram com que governo estadual elaborasse um projeto de revitalização do espaço que estava a mais de 20 anos desativado e o transformasse em uma casa de cinema paraibano.

Estas ações lograram êxito graças a uma disseminação democrática

4 Como, por exemplo, o grupo A Paraíba precisa Ser Assistida/ Movimento pelo Cinema Paraibano, com 510 membros, e foi criada para articular o debate entre o movimento e o governo estadual na liberação de mais verbas públicas para o setor.

de informação que fizeram com que temas relativos à cultura do audiovisual e sua importância cidadã, vieram à tona inclusive tendo cobertura midiática comercial, quando antes tais temáticas eram alheias às pautas dos veículos midiáticos hegemônicos.

Mediante as discussões no âmbito virtual, ações práticas se desencadearam no âmbito real, tanto na esfera independente quanto nas ações negociadas com o governo estadual. Sendo exemplos disto, podemos destacar no campo independente ações de trabalho executados nos festivais Cinema com Farinha em Patos e CurtaCoremas em Coremas – onde as exposições são feitas em praça pública agregando um público mais amplo e foram oferecidas oficinas e mostras voltas para o público infantil e adolescente no intuito de estimular novos videastas – além da iniciativa do Cine Congo, onde ações conjuntas empreendidas entre a organização do festival e os programas PETI (programa de Erradicação do Trabalho Infantil) e Projovem produziram junto a crianças e adolescentes curtas de um minuto, nos quais os melhores foram premiados (CINEMA COM FARINHA; CURTA COREMAS; CINE CONGO, 2012).

Nas ações negociadas com o governo estadual temos duas iniciativas que merecem destaque. A primeira foi o movimento de revitalização do Cine São José, onde a ocupação e pressão do movimento audiovisual paraibano fez com que o governo se mobilizasse e iniciasse o processo de revitalização do espaço, muito embora as demandas requisitadas pelo movimento não foram plenamente acatadas⁵, houve sim, um avanço no oferecimento de espaço e aparelhagem específica do cine, que está em fase de execução.

A segunda ação conjunta foi a implantação do Prêmio Linduarte Noronha de Audiovisual pela Secretaria de Cultura do Estado, que visa premiar roteiros para audiovisual de curta metragem com financiamento de produção dos projetos. Instituído em 2009, o prêmio ainda não contempla em sua totalidade as demandas necessárias ao movimento, que em geral

5 O movimento Pelo Cine PB lutava por um espaço estritamente voltado para o audiovisual que contemplasse todas as instâncias do processo produtivo (formação, fomento, produção, exibição e distribuição), no entanto o governo prezou por destinar o espaço a práticas artística multimodal.

reivindica ao menos 3 milhões de reais investidos em audiovisual enquanto as ações do governo giram em torno de 500 mil reais (PELO CINE PB, 2012).

Estas ações são debatidas e determinadas nos fóruns presenciais, onde são elencadas demandas a serem cobradas do poder público ou então são deliberadas estratégias de ação empreendidas nos festivais, cineclubes e projetos de formação como o JABRE. (idem, 2012)

Tais ações tiveram como elemento embrionário de discussão as listas virtuais e os grupos de discussões de redes sociais como *facebook*, *twitter* e outros, ou tiveram sua divulgação operada por estes dispositivos, comunicando com o público. Além do mais, também servem de *feedback* para avaliação e melhoria no intuito de dar continuidade às ações coletivas. No entanto, as discussões no fórum presencial são consideradas instâncias importantes para efetivação e implementação das estratégias dos movimentos respeitando a particularidade de cada entidades e sua região de atuação.

Sendo assim, as atividades no plano virtual irão fluir para o contexto social, ou como Debray denomina de *socius*, que possui um destino territorial, organizado e dependente de seus meios de locomoção e mobilização. Debray considera a dialética suporte/relações, constitui o ponto nevrálgico do esquema de interação, onde é “impossível tratar separadamente a instância comunitária do dispositivo de comunicação, uma sociabilidade de uma tecnicidade (DEBRAY, 2000, p.35)”.

Podemos aliar a essa dialética à prática social efetiva, onde consideremos a interação rela com público enquanto elemento atestador da construção da ação prática do movimento, haja vista por ser seu fim maior. O que em potencial permite a sociedade uma nova vivência, novos hábitos e resignificação de espaços, assumido um novo *ethos* (SODRÉ, 2003). O audiovisual por si só é um produto que pode ser dotado de ideologia (CANEVACCI, 1984), no entanto o conteúdo ideológico não está presente somente nas obras, mas em toda sua lógica de produção e possui seu caráter nacionalista (TURNER, 1997, p.132).

Como parte de um todo, o audiovisual paraibano em suas práticas

descentralizadas corrobora com o cinema brasileiro, mas não na lógica industrial hegemônica das grandes distribuidoras. Busca-se outros caminhos, alternativas, percursos onde o mercado não prioritário, embora objetivo, mas há sim uma preocupação com a identidade local, a cidadania cultural e a democratização aos meios e aos bens culturais. Para isso a importância das redes como elementos articuladores e ação negociada com o poder público onde se importa a arena de debate do plano real para o *bios* virtual, mas com o intuito de fazer o caminho inverso. O que é certo que nem tão cedo estas discussões terão um fim, e não será saudável se isso acontecer.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O audiovisual possui seu caráter sociável na medida em que toma outras dimensões além da tela, permitindo uma cidadania sociocomunicativa. O audiovisual quando assume uma postura de movimento social e busca espaços e políticas afirmativas para o seu setor, agrega um potencial de afirmação de cidadania cultural e democratização dos bens culturais na sua produção e recepção. Estas possibilidades são otimizadas através das redes sociais aproveitando suas características dialógica, informativas e colaborativas.

Podemos afirmar que os movimentos sociais ao se inserem no *bios* midiático, reterritorializam seu espaço de atuação se moldando as interfaces do dispositivo, uma vez que o dispositivo possui intencionalidade e finalidade inicial específica.

No entanto, a maneira que os movimentos conduzem o dispositivo, rearranjando para suas finalidades de operação, seja na articulação de ideias, elaboração de táticas e estratégias ou na mera disseminação de informação, subvertem o uso inicial dos dispositivos, o desterritorializando, no conceito de Martín Barbeiro, e o reordenando seu *modus operandi* à sua lógica.

Contudo, é válido ressaltar que as práticas sociais cunhadas no plano real como os eventos e os fóruns são de suma importância para a consolidação do plano de ideias do movimento audiovisual paraibano, dando-lhe um

caráter descentralizado, com amplas frentes que trabalham na produção, formação, fomento, distribuição e exibição das práticas audiovisuais no estado, atingindo públicos distintos, e fazendo frente a lógica de produção estatal e privada, tidas como hegemônicas no contexto do cinema e vídeo brasileiro.

REFERÊNCIAS

ABD-PB, 2012. Disponível em: www.abdpb.org.br . Acessado em outubro de 2012.

BURGOS, Raúl. **Da Democratização Política à Radicalização da Democracia: novas dimensões estratégicas dos movimentos sociais**. In: DAGNINO, E.; TATAGIBA, L. **Democracia, Sociedade Civil e Participação**. Chapecó: Argos, 2007.

CANEVACCI, Massimo. **Antropologia do Cinema**. São Paulo. Brasiliense, 1984.

CASTELLS, Manuel. **A Galáxia da Internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

CINESTESICO, Projeto, 2012. Disponível em: <http://projetocinestesico.blogspot.com.br/>. Acessado em outubro de 2012.

CORTINA, Adela. **Cidadãos do Mundo: por uma teoria da cidadania**, São Paulo. Loyola, 2005.

DOWNING, John D. H. **Parceiros não comunicativos: análise da mídia dos movimentos sociais e os educadores radicais**. In: Matrizes, Vol. 3, No 2 - PERSPECTIVAS AUTORAIS NOS ESTUDOS DE COMUNICAÇÃO VI. São Paulo: USP, 2010.

_____. **Mídia Radical: rebeldia nas comunicações e movimentos sociais**. São Paulo: Ed. Senac, 2002.

FESTA, Regina. **Movimentos Sociais, Comunicação Popular e Alternativa**. In: FESTA, R.; LINS DA SILVA, C. **Comunicação Popular e Alternativa no Brasil**. São Paulo: Paulinas, 1986.

GOFFMAN, Erving. **Marcos de referência primários**. In: _____. **Frame Analysis: los marcos de la experiencia**. Madrid: Siglo XXI, 2006, p. 23-42.

HALL, Stuart. **Da diáspora: Identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

HEIDEGGER, Martin. A questão da técnica. **Scientiæ Zúdia**, São Paulo, v. 5, n. 3, p. 375-98, 2007.

INNIS, Harold. O vié da comunicação. IN: _____. **O Viés da Comunicação**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2011, p. 103-133.

JABRE – Laboratório Paraibano de Jovens Roteiristas, 2012. Disponível em: <http://jabre2012.blogspot.com.br/p/o-projeto.html>. Acessado em setembro de 2012.

LACERDA, Juciano Sousa; MAZIVIERO, Helena. **Pesquisa da pesquisa sobre usos e apropriações das TIC's: um balanço aquém das expectativas**. In: XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação: **Quem tem medo da pesquisa empírica**. São Paulo: Intercom/Adaltech, 2011. v.1. p. 1-15. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2011/resumos/R6-2376-1.pdf>> Acessado em 30 de maio de 2012

MORAES, Dênis de. **Comunicação Alternativa em Rede e Difusão Contra-Hegemônica**. In: COUTINHO, Eduardo G. **Comunicação e Contra Hegemonia**. Rio de Janeiro: editora UFRJ, 2008.

PAIVA, Raquel. **Contra-Mídia-Hegemônica**. In: COUTINHO, Eduardo G. **Comunicação e Contra Hegemonia**. Rio de Janeiro: editora UFRJ, 2008.

RAMOS, Murilo César. **Comunicação, Direitos Sociais e Políticas Públicas**. In: MARQUES DE MELO, J.; SATHLER, L. **Direitos à Comunicação na Sociedade da Informação**. São Bernardo do Campo, SP: Umesp, 2005.

SODRÉ, Muniz. **Antropológica do espelho: uma teoria da comunicação linear e em rede**. 4. Ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

_____. **As estratégias sensíveis: Afeto, mídia e política**. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 2006.

TURNER, Graeme. **O Cinema como Prática Social**. São Paulo Summus, 1997.

**Aproximação do pensamento
flusseriano com o receptor ativo nas
redes sociais**

Aproximação do pensamento *flusseriano* com o receptor ativo nas redes sociais¹

Nos últimos anos, a Internet enquanto meio de comunicação, se consolidou como veículo de acompanhamento, produção e disseminação de informação, expandindo seu alcance a fronteiras antes não visitadas. Porém, muito além da finalidade de informar, a rede cria uma possibilidade de congregar opiniões, gerar identidades e construir ações dialógicas e coletivas.

Nesse contexto, os movimentos sociais enxergam a Internet como dispositivo de articulação frente as suas demandas e reivindicação, otimizando sua organização e articulação. Através de apropriações dos mais variados campos midiáticos da Internet, os movimentos sociais, entidades do terceiro setor e coletivos dos mais variados gêneros estabelecem uma rede de comunicação interna e externa, na tentativa de uma aproximação com a sociedade e por consequência alargando para as redes o campo político.

Buscamos nesse artigo fazer uma aproximação das teorias da comunicação que validam essas práticas sociais e políticas com o pensamento do teórico tcheco Vilém Flusser, no que diz respeito a sociedade, as mídias, a cibercultura e suas interrelações. Em seus escritos, Flusser elenca conceitos como cibernética e zero dimensionalidade, nos quais alçam o sentido humano a um novo plano e redefine seus campos de atuação prática e política, redimensionando a vivência cotidiana do real para a esfera virtual.

Em nosso estudo, primeiramente, buscamos uma confluência do conceito de telemática e a teoria da rede e tecido flusseriana com os princípios do ciberespaço e bios midiático e outros conceitos acerca da comunicação e informação, alinhando na perspectiva democrática. Em seguida, há uma discussão sobre a lógica das redes sociais e a atuação dos movimentos sociais, com contribuições de Flusser em consonância com outros autores.

1 Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Trabalho apresentado no DT 8 – Jornalismo do XVIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste realizado de 07 a 09 de julho de 2016.

Por fim, é apresentada a metodologia do artigo e são desenvolvidas algumas considerações finais.

O ciberespaço enquanto espaço social democrático: conceitos gerais e contribuições flusserianas.

É inegável pensar a sociedade contemporânea sem a interferência do meio virtual, ou o chamado ciberespaço. A Internet, rede mundial de computadores, acaba por se tornar campo de práticas sociais, culturais e políticas de indivíduos e instituições, onde os seus dispositivos midiáticos – redes sociais, veículos de comunicação inseridos na rede, sites e portais – funcionam como válvulas mediadoras do discurso e acabam por influenciar na formação cultural do indivíduo.

O ciberespaço – também denominado como rede, para o teórico francês Pierre Lévy é “o novo meio de comunicação que surge da interconexão mundial dos computadores (LÉVY, 1999, p.17)” e este meio é possuidor de dispositivos midiáticos, aos quais podemos aproximar ao conceito de *gadgets* telemáticos trabalhado por Flusser (1986b).

Estes *gadgets* se configuram como áreas onde desembocam informações num fluxo contínuo, onde a depender de sua estrutura, suas entradas e saídas (*inputs* e *outputs*) permitem o fluxo dialógico, alçando o receptor a uma condição ativa, promovendo espaços de comunicação (PASQUALI, 2006).

A necessidade de se considerar a comunicação como um passo além da informação se faz necessária para a construção de um espaço democrático na sociedade. Para Pasquali (2005), embora muitas vezes confundam-se comunicação e informação, os dois termos possuem significados diferentes. *Comunicar* respeita o pressuposto de uma relação/diálogo, onde impera a reciprocidade instantânea entre as partes, no caso, o receptor/transmissor, criando um diálogo horizontal onde a oportunidade de recíproca é considerada, alçando os atores a um mesmo papel e fomentando um consenso. Já *informar* se baseia em uma relação mais vertical do que horizontal, gerando desequilíbrio no fluxo dialógico e uma predominância

da subordinação de um meio sobre outro.

Sendo assim, muito embora um processo não exclua o outro, comunicação e informação se distinguem na medida em que o primeiro se firma como um processo de interação bilateral, propositivo e participativo, enquanto o segundo se qualifica como um processo de transmissão uníssona, desequilibrado e contrária ao diálogo determinado, que constrói a mensagem informativa em algo parcialmente ou totalmente inquestionável do ponto de vista do receptor (idem, p.28).

Flusser aqui nos auxilia na compreensão dos termos e seu emprego no contexto sociopolítico, quando sugere a diferenciação do discurso enquanto elemento da informação com o diálogo dentro da lógica comunicativa, de modo que prevaleça o uso do diálogo como forma democrática. Com isso, Flusser afirma:

Se identificarmos discurso com totalitarismo e diálogo como democracia, a telemática abre horizontes para a sociedade cósmica democrática [...] Isto é uma das virtualidades atualmente abertas, e depende da nossa capacidade crítica para que seja realizada. A outra é o estabelecimento definitivo da sociedade informática totalitária, centralmente programada, com receptores em solidão passiva e massificada de apertadores de teclas. Por certo, o futuro será algo entre tais dois extremos. Mas agora é o momento de engajarmo-nos para evitar o estabelecimento do totalitarismo (FLUSSER, 1986b, p.4).

Isso nos implica interpretar, que para Flusser, se faz valer o aproveitamento do espaço virtual no sentido comunicacional dialógico, onde o tecido (a rede) funciona num fluxo de muitos para muitos, concernindo o indivíduo (nó) a outras vivências, de cunho coletivo, otimizando um acréscimo no campo cultural, que por sua vez preservará a memória ante a lógica informacional da informação, que define o dispositivo como armazenador (FLUSSER, 1978, p.1). Para ele:

Na cibernética é a memória que armazém de informações, portanto sistema artificialmente elaborado, simulará memórias humanas, e as ultrapassará em vários aspectos [...] se “homem”

e “sociedade” são imaginadas enquanto memórias, (parciais e totais), o problema do armazenamento e da produção de informação passa a ser o problema existencial mesmo (idem, 1978).

Mesmo que tal discussão elaborada por Flusser esteja voltando para um contexto semiótico, podemos entender que as memórias inseridas no tecido como ‘memórias parciais’, pertencentes aos indivíduos. No entanto, essa parcialidade pressupõe que as informações atinjam outros níveis para não cair no efêmero. Nesse sentido, isso pode ser alcançado rompendo a lógica da informação e indo em direção à lógica da comunicação, onde possibilita ocorrer trocas, compartilhamentos e remodelação da finalidade do meio.

Dentro das possibilidades de comunicação e recepção de informação, isso acarreta uma influência no indivíduo usuário nas tecnologias, de modo que altere comportamentos, reconfigure e crie identidades, remodelando seu *habitus*, no sentido que Muniz Sodré emprega, dentro do contexto do ‘*bios midiático*’, onde as relações sociais designam comunidade na ideia de compartilhamento, troca, ao que pode se pertence a todos (SODRÉ, 2006).

No contexto do *bios* midiática, gera-se uma nova vivência, vinculada ao plano virtual, criando formas de relações sociais – o *habitus*. Da maneira que através das práticas dos movimentos alteram a finalidade da rede, que gradativamente sai da dimensão *societal* – controladas e impulsionadas pelo Estado e as organizações empresariais e atinge uma dimensão *sociável*, operando de baixo para cima, partindo do princípio de reciprocidade (idem, 2009, p. 238).

Flusser, em seus estudos aponta para o uso das novas tecnologias digitais como elementos inerentes a cultura humana pós-moderna ocidental. A necessidade da comunicação como elemento político se faz presente na sociedade, e para Flusser é algo da natureza política humana (HANKE, 2012). Uma natureza dita simbólica e transmitida através de códigos.

No pensamento flusseriano, estes códigos são “sistemas simbólicos, isto é: sistemas que consistem de elementos que representem (substituam) algo (FLUSSER, 1986)”. Possuem estrutura, por sua competência indicam

seu significado e são resultados de uma conveniência mais ou menos consciente entre os indivíduos (idem, p. 5).

No contexto da cibercultura, e aproximando da proposta de tecido de Flusser, os códigos que são próprios do meio são detentores de ideologia e significado. Isto quer dizer que as vias de informação e os dispositivos midiáticos possuem uma conotação ideológica própria que irá incidir no indivíduo, pois a estrutura irá incidir efeito na mensagem, de modo que os fios (as vias de informação e mensagem) influenciam nos nós, que são os indivíduos, de modo que:

Vivenciamos o mundo, conhecemos o mundo e agimos nele dentro das estruturas que nos são impostas pelos códigos que nos informam. A importância do problema não pode ser exagerada nem existencialmente, nem epistemologicamente, nem politicamente (FLUSSER, p.10, 1986).

Cabe aqui se ater a natureza política disto. Entendendo que a mensagem é dotada de sentidos – e daí existe até uma aproximação com McLuhan – denotativos e conotativos. No primeiro caso, a mensagem é fechada, enquanto no segundo está aberta (idem, p.8). Em se tratando de ciberespaço, as informações de programadores tendem a serem fechadas, enquanto os conteúdos gerados pela sociedade são abertos. Quando tendemos a discutir a produção do conteúdo dos movimentos sociais, as mensagens possuem potencialidades de construir uma nova informação, debatida, colaborada e compartilhada.

O código da mensagem não está imposto, está aberto e livre de circulação, criando novas relações entre o receptor e o código. Este tipo de relação, próprio do agir dos movimentos diferencia-se do modelo hegemônico da informação técnica, que se caracteriza por uma verticalização, controlada, direcionada e objetivada.

Este procedimento de circulação livre do código pode se enquadrar no que o teórico britânico de origem jamaicana Stuart Hall designa nas modalidades de código negociado e de oposição. Embora seus estudos

de Hall estejam direcionados a televisão, podemos empregá-los nas mídias digitais e seus dispositivos. Hall define como código negociado aquele que:

Contém uma mistura de elementos de adaptação e de oposição: reconhece a legitimidade das definições hegemônicas para produzir as grandes significações (abstratas), ao passo que, em um nível mais restrito, situacional (localizado) faz suas próprias regras – funciona como exceções à regra (HALL, 2003, p.401).

Enquanto o código de oposição é definido quando os significados e as decodificações são vistos de maneira contestatória, mesmo que parte inicialmente do procedimento negociado. É neste campo onde se trava a luta no discurso, advindo do receptor (idem, p.402).

O receptor ativo também irá interferir e colaborar na experiência social e será um agente ativo. Estará ele reterritorializando o espaço virtual, dando uma nova forma ao grupo de maneira que, criam-se códigos de grupos, classes, culturas e afins, estabelecendo um pertencimento e uso de símbolos e linguagem próprios de uma comunidade (PROSS, 1990, p. 162).

Mesmo assim, a Internet, sendo um sistema de informação, trabalhada por um fluxo de informação não-linear e códigos binários, e sua base de codificação e decodificação permite uma não diferenciação entre informação e seleção de maneira prévia (MARCONDES FILHO, 2004). Isso implica dizer que o uso dos dispositivos midiáticos dispostos na rede podem se reterritorializar do seu propósito inicial (MARTÍN-BARBERO apud ROSÁRIO, 2011), se bem desejar seu usuário. A própria arquitetura virtual é passível dessa reterritorialização através dos *softwares livre*, e *open source*, onde cada usuário tem o livre direito de modificar o produto. O mesmo pode-se dizer dos sites colaborativos, onde o conteúdo gerado e produzido é continuamente reformulado e acrescentado pelos usuários, constituindo uma natureza cultural dotada de multiplicidades e de caráter heterogêneo, próprio do meio.

Redes sociais e a ação dos movimentos sociais no ciberespaço

Neste ponto, primeiramente se faz necessário uma definição de movimentos sociais.

Segundo Regina Festa:

“Os movimentos sociais não ocorrem por acaso. Eles têm origem nas contradições sociais que levam parcelas ou toda população a buscar formas de conquistar ou reconquistar espaços democráticos negados pela classe de poder, e postulam novos espaços sociais, ora através de confrontação ora por participação (FESTA, 1986, p. 11-13)”.

Contextualizando os movimentos sociais com a Internet nas ações contemporâneas, Manuel Castells adenda o pensamento de Festa, afirmando que:

Os movimentos sociais do século XXI, ações coletivas deliberadas que visam à transformação de valores e instituições da sociedade, manifestam-se na e pela Internet [...] Ela se ajusta as características básicas do tipo de movimento social que está surgindo na Era da Informação. E como encontraram nela seu meio apropriado de organização, esse movimentos abriram e desenvolveram novas avenidas de troca social, que, por sua vez, aumentaram o papel da Internet como sua mídia privilegiada (CASTELLS, 2003, p.114-115).

Esse potencial da Internet como ferramenta de operação e debate, troca informativa e aproximação de identidades é elucidado por Moraes, onde “redes distinguem-se como sistemas organizacionais com estruturas flexíveis e colaborativas baseadas em afinidades, objetivos e temáticas comuns entre os integrantes, a partir da regra ou modalidade de convívio compartilhado (MORAES, 2008, p. 43)”.

Entendendo o processo da ação e interação das mídias com os

movimentos, sabe-se que a ordem ocorre por meio de dispositivos midiáticos. Entende-se aqui por dispositivo através da definição de Maurice Mouillaud, que o define como “lugares materiais ou imateriais nos quais se inscrevem (necessariamente) os ‘textos’ (MOUILLAUD, 2002, p. 34-35)”. O autor denomina texto quaisquer formas de inscrição, sejam elas de linguagem, icônica, sonora, gestual, etc. Possui uma forma específica qual a caracteriza a estrutura no espaço e tempo e funcionam como matrizes (muito mais que suportes) dotadas de finalidades e sentidos, além de pertencerem a lugares institucionais (idem, 2002).

A rede comporta uma diversidade de dispositivos, dentre os quais destacamos as redes sociais. Apesar de serem de propriedade privada, são abertas ao público e se distinguem pela sua finalidade. São midiáticos porque inferem nos processos de informação e trabalham na ordem da mediação (SODRÉ, 2009), neste caso por computador.

Se relacionarmos com a teoria dos sistemas de Niklas Luhmann, o meio virtual atua como sistema social, e como meio possui características de difusão e interferem no comportamento individual, porém considera-se a complexidade do sistema social, devido a sua grande pluralidade, composto por subsistemas. O autor alemão afirma que “todo sistema representa a transformação da improbabilidade da comunicação em probabilidade (LUHMANN, 2006, p. 51)”, e deve-se considerar a inter-relação entre as técnicas de difusão e as possibilidades de êxito da comunicação como elementos a serem considerados na transformação. Isto implica reforça a ideia de interferência do meio na sociedade, assim como na sociedade no meio, gerando sempre algo novo.

Por seu turno, dentro desta lógica de sistemas, Gabriel Cohn considera a comunicação como um “processo expansivo e voltado para inclusão de novos elementos significativos, ao passo que a informação é um processo seletivo, voltado para exclusão de elementos definidos como insignificantes (COHN, 2001, p. 43)”. O autor entende que não são a transmissão e a recepção de conteúdos os alvos desse ponto de vista, mas sim a geração de formas (idem, 2001).

Isso quer dizer que os movimentos, ao se redimensionarem com espaço virtual, o faz com emprego seletivo, já que geralmente possui um público-alvo, uma política de atuação específica e uma determinada finalidade, e isso que vai também criar uma seletividade no usuário, que está escolhendo a informação desejada. No entanto, ao ter aberturas e possibilidades de interação, colaboração, o processo passa de uma mera disseminação de informação para uma comunicação, gerando outra forma, acrescida e acumulativa ao invés de seletiva, podendo acarretar uma nova vivência social. No entanto, as práticas sociais do plano real não são excluídas, mas também sofrem modificações na sua forma. Ante a objetividade técnica da rede, isto pode gerar a ideia ambígua de desabrigo e pertencimento (HEIDDEGER, 2001) do indivíduo nela inserido.

A característica transformadora também encontrará respaldo em Flusser, onde a plataforma virtual – denominada de cena – irá se configurar como extensão do sujeito no meio. Nesse caso, os movimentos sociais reconfiguram seus campos de batalha e arena de debate, criando outros espaços para a difusão ideológica (FLUSSER, 2008, p.17-18).

Sendo assim, as atividades no plano virtual irão fluir para o contexto social, ou como Debray denomina de *socius*, que possui um destino territorial, organizado e dependente de seus meios de locomoção e mobilização. Debray considera a dialética, suporte/relações, constitui o ponto nevrálgico do esquema de interação, onde é “impossível” tratar separadamente a instância comunitária do dispositivo de comunicação, uma sociabilidade de uma tecnicidade (DEBRAY, 2000, p.35)”.

No nosso caso, as redes sociais são customizadas para fins comunitários, embora específicos, e o emprego técnico das suas interfaces acabam por interferir na sociabilidade, moldando-a. no entanto, as formas pelas quais as comunidades se apropriam dos dispositivos, dando novas finalidades também moldam os dispositivos, como por exemplo, o *facebook*, que a partir do crescimento do número de grupos e comunidades, criou mecanismos próprios a eles, como porta-arquivos, espaço de fórum reservado, agenda, etc, agregando elementos que antes eram próprios das listas de discussão por

e-mail, familiarizando os usuários habituados com tais práticas.

Estas novas formas são determinadas à medida que o princípio de apropriação é evidenciado. Entendemos como apropriação uma ação instrumentalizada voltada a um interesse do determinado grupo, abnegando seu sentido original, ou como ilustra Lacerda e Maziviero, aquilo que é da ordem de uso. Segundo Lacerda e Maziviero:

Assim, há uma trama, ligação, pacto, tensões e disputas entre aquilo que é da *ordem de uso* – o que é proposto, embutido, pré-determinado, codificado e estabelecido como finalidade dos produtos midiáticos, textos, mensagens [...] e tecnologias da informação e comunicação – e o que é da *(des)ordem da apropriação* – formas de uso marginal, margens de manobra, astúcias, bricolagens, maneiras de empregar, formas desviantes, palimpsestos, etc (LACERDA & MAZIVIERO, 2011, p. 7).

Associa-se este conceito ao que Eliseo Verón chama de *contrato social*, onde a “noção de ‘contrato’ enfatiza as condições de construção do vínculo que no tempo uma mídia e os seus ‘consumidores’ (VERÓN, 2004, p.275)”. Porém, nesse contrato há uma necessidade de se preservam a complexidade e heterogeneidade dos receptores. Isso remete a uma abertura da mídia a apropriação que cada indivíduo faz dela. No caso da relação movimentos/redes sociais digitais, abertura do seu uso e apropriação ocorre na garantia e preservação ao pluralismo que concerne aos movimentos. Do ponto social e político, associamos esta postura ao sentido democrático que está na própria verve dos movimentos. Em relação a isso, cabe a assertiva de Verón em que nos diz que:

É imperativo para a preservação do sistema democrático, assegurar que as lógicas que presidem a evolução-transformação das representações sociais no seio da sociedade civil continuem heterogêneas em relação à lógica de consumo, não sejam redutíveis aos mecanismos de concorrência econômica (VERÓN, 2004, p.282).

Dessa forma, os modos de apropriação das mídias na recepção permanecerão heterogêneos e diversificados, ocorrendo deslocamentos das lógicas da economia de mercado e de ação na sociocultural dos receptores (idem, 2004).

Sodré nos permite afirmar que a relação desse contexto social entre os movimentos e a sociedade nasce à ideia de vinculação, que para ele, é “muito mais do que um mero processo interativo, porque pressupõe a inserção social e existencial do indivíduo desde dimensão imaginária [...] até as deliberações frente às orientações práticas de conduta, isto é, aos valores (idem, 2006, p.93)”. Isso resvala na constituição do caráter público da informação e da prática social dos movimentos sociais, pois “forma-se modos de organização da cidadania e de auto-representação da sociedade, nos modos como ela deseja perceber-se e se tornar visível (idem, p. 95)”.

Sendo assim, ocorre uma *reterritorialização* do espaço virtual enquanto meio, bem como reconfigura o papel da mídia na construção social dotada de um sentido sociável. Martín-Barbero emprega o termo de *socialidade*, considerando que a sociedade é fragmentada e possui uma expressão múltipla dos atores sociais que gera modos de relacionar-se com a comunicação, apropriando-se dela e de seus dispositivos, construindo produtos sociais cotidianamente (MARTÍN-BARBERO, 1995, p.59).

Sendo assim, retomando o pensamento de Flusser sobre discurso e diálogo, ele atenta que “o processo da comunicação como um todo é caracterizado por fases dialógicas produtivas de informação, e fases discursivas conservadoras e propagadoras da informação disponível. Tal tese formularia, pois, uma espécie de dinâmica comunicológica da cultura (1986, p.13)”. No contexto da cibercultura, essa assertiva nos remete a entender que o meio funciona de maneira satisfatória quando consegue equilibrar seu fluxo de informação – permitindo disponibilidade da mesma – com o fluxo dialógico na produção de conteúdo, que viria a gerar uma nova informação, advinda de síntese e por sua vez possuidora de um caráter transformador.

No caso dos movimentos sociais, essa informação está dotada de preceitos ideológicos e se utiliza do meio (redes sociais) para o sua

disseminação e compartilhamento. Esta prática política e social está, para Flusser, dentro dos preceitos do dever da teoria da comunicação, que é “analisar as mensagens dos canais de massa para mostrar que as mensagens aparentemente epistemológicas e estéticas por eles transmitidas [...] são na realidade ideológicas (idem, 1986, p.12)”.

Metodologia

A metodologia deste artigo pautou-se em uma pesquisa exploratória sobre o tema. Inicialmente, buscou uma revisão bibliográfica na obra de Vilém Flusser, trabalhadas na disciplina Vilém Flusser: Mídia, Comunicação e Cultura, cadeira lecionada pelo Prof. Dr. Michael Hanke. Nesta etapa, empreendemos uma aproximação do pensamento de Flusser e seus apontamentos no contexto da influência dos meios na sociedade. Também buscamos o auxílio de outros autores no intuito de legitimar o pensamento de Flusser e alçá-lo ao contexto contemporâneo, criando elos na teoria social da comunicação e Flusser nos seus conceitos de sociedade frente à mídia.

O trabalho recorreu ainda às colaborações advindas discussões em sala de aula, nos seminários apresentados e nas orientações e observações do docente durante as aulas da disciplina. Ele é um recorte da pesquisa desenvolvida no âmbito do mestrado em Estudos da Mídia da UFRN, na linha de práticas sociais.

Considerações finais

Através desta reflexão teórica, podemos observar que mesmo enfocando na perspectiva semiótica, o pensamento de Flusser se atina as questões sociais no que tange a entender os códigos como elementos construtores de ideologias e discursos. Aproximando sua teoria dos conceitos empregados por outros autores, é perceptível a crença de um receptor ativo, dotado de intencionalidade e capaz de interferir no meio, participando da construção sociocultural dentro do ciberespaço.

Visionário nas suas concepções, Vilém Flusser possui um pensamento, que de maneira transversal, reconhece o potencial das novas mídias como espaços de construção social, na medida em que se possa preservar a influência do meio sobre o indivíduo sua ação sobre este, fugindo do isolamento e negando a lógica vertical da informação, cujo caminho aponta para um discurso totalitário. Os movimentos sociais e seu uso da rede, pode se caracterizar como uma prova deste discurso contra-hegemônico, embora opere dentro da lógica do sistema.

Tentamos empreender estas aproximações. Sabemos da dificuldade das relações postuladas do discurso flusseriano e a ação social nas redes. Temos a ciência que esta é uma abordagem preliminar, mas de certa forma contribuiu para o nosso projeto de dissertação.

Referências

CASTELLS, Manuel. **A Galáxia da Internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

COHN, Gabriel. **O campo da comunicação**. IN: FAUSTO NETO, Antonio; PRADO, José Luiz Aidar; PORTO, Sérgio Dayrrel. O campo da comunicação: caracterização, problematização e perspectivas. João Pessoa: Editora UFPB, 2001, p. 41-49.

FESTA, Regina. **Movimentos Sociais, Comunicação Popular e Alternativa**. In: FESTA, R.; LINS DA SILVA, C. **Comunicação Popular e Alternativa no Brasil**. São Paulo: Paulinas, 1986.

FLUSSER, Vilém. **A perda da fé**. Manuscrito não publicado. Arquivo Flusser, Berlim, 1978.

FLUSSER, Vilém. **A sociedade pós-industrial**. Manuscrito não publicado. Arquivo Flusser, Berlim, 1979.

FLUSSER, Vilém. Abstrair (cap. 1); Imaginar (cap. 4). In: _____. **O universo das imagens técnicas: elogio da superficialidade**. São Paulo: Annablume, 2008, p. 13-20; 37-44.

FLUSSER, Vilém. **Códigos**. Manuscrito não publicado. Arquivo Flusser, Berlim, [1986-1987].

FLUSSER, Vilém. **Reflexões televisionárias**. (Discurso, diálogo) Manuscrito não publicado. Arquivo Flusser, Berlim, [19--].

FLUSSER, Vilém. **Texto/Imagem enquanto dinâmica do Ocidente**. (Para “Cadernos Rioarte”). Publicado em Cadernos Rioarte, ano II, n. 5, 1986, p. 64-68.

GOFFMAN, Erving. **Marcos de referencia primarios**. In: _____. Frame Analysis: los marcos de la experiencia. Madrid: Siglo XXI, 2006, p. 23-42.

HALL, Stuart. **Da diáspora: Identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

HANKE, Michael. **A Semiótica de Flusser**. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/sis/2012/resumos/R7-1353-1.pdf>

HEIDEGGER, Martin. A questão da técnica. **Scientiæ Zúdia**, São Paulo, v. 5, n. 3, p. 375-98, 2007.

INNIS, Harold. **O viés da comunicação**. IN: _____. O Viés da Comunicação. Petrópolis-RJ: Vozes, 2011, p. 103-133.

LACERDA, Juciano Sousa; MAZIVIERO, Helena. **Pesquisa da pesquisa sobre usos e apropriações das TIC's: um balanço aquém das expectativas**. In: XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação: **Quem tem medo da pesquisa empírica**. São Paulo: Intercom/Adaltech, 2011. v.1. p. 1-15. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2011/resumos/R6-2376-1.pdf>> Acessado em 30 de maio de 2012

LUHMANN, Niklas. **A improbabilidade da comunicação**. IN: _____. A improbabilidade da comunicação. 4a. ed. Lisboa: Ed. Vega, 2006, p. 39-62.

MARCONDES FILHO, Ciro. O escavador de silêncios. São Paulo: Paulus, 2004.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **América latina e os anos recentes: o estudo da recepção em comunicação social**. In: SOUSA, Mauro Wilton de. Sujeito, o lado oculto do receptor. São Paulo: USP Brasiliense, 1995, p. 39-68.

ROSÁRIO, Nísia Martins do . **Da metodologia transformadora às transformações na pesquisa**. In: A. Efendy Maldonado Gómez de la Torre, Virgínia Sá Barreto; Juciano de Sousa Lacerda. (Org.). Comunicação, educação e cidadania: saberes e vivências em. JoãoPessoa, Natal: Editora da UFPB, Editora da UFRN, 2011, v. , p. 123-142;

MOUILLAUD, Maurice. **Da forma ao sentido**. In: PORTO, Sérgio D.; MOUILLAUD, Maurice (orgs.). O jornal: da forma ao sentido. Brasília: UNB, 2002, p. 29-35.

PASQUALI, A. **Um breve glossário descritivo sobre comunicação e informação**. In MARQUES DE MELO, J.; SATHLER, L. **Direitos à Comunicação na Sociedade da Informação**. São Bernardo do Campo, SP: Umesp, 2005.

PROSS, Harry. **La clasificación de los medios**. In: PROSS, Harry; BETH, Hanno. **Introducción a la ciencia de la comunicación**. Barcelona: Anthropos, 1990, p. 158-178.

SCOLARI, Carlos A. **Hipermediaciones (o cómo estudiar la comunicación**

sin quedar embobados frente a la última tecnología de California)

- Entrevista a Damián Fraticelli. Revista Lis - Letra Imagen Sonido - Ciudad mediatizada. Año III 5. mar-Jun. 2010. Bs. as. uBaCyt. Cs. de La ComuniCaCión. FCs/uBa, p. 3-11.

SODRÉ, Muniz. **Antropológica do espelho**: uma teoria da comunicação linear e em rede. 4. Ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

SODRÉ, Muniz. **As estratégias sensíveis**: Afeto, mídia e política. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 2006.

VERÓN, Eliseo. **Fragmentos de um tecido**. Trad. Vanise Dresch. São Leopoldo-RS: Editora Unisinos, 2006.

O audiovisual paraibano enquanto elemento promotor de cidadania cultural

O audiovisual paraibano enquanto elemento promotor de cidadania cultural¹

Em meio a uma sociedade cada vez mais midiaticizada, o audiovisual enquanto linguagem e ferramenta estética e de comunicação e um dos campos das artes, desempenha um papel preponderante junto a um público que vive a cultura imagética intensamente e se faz presente no uso das redes sociais digitais, incorporando seu cotidiano ao sua *eticidade* (SODRÉ, 2005).

Não tarda, e estes espaços também serão utilizados como ambientes para a articulação, promoção e manifestação de cidadania cultural e toda sua diversidade de atores, cores, estilos, nuances e matrizes (CORTINA, 2005). Na tentativa de se construir um espaço de convívio social consagrado e pautado na coexistência e na preservação da riqueza étnica, de gênero, de localidade, raça e tantos outros elementos que compõem a cultura (idem, 2005), o uso das mídias – sobretudo as digitais - acabou por ser curso natural para a promoção, resistência e reconhecimento destas variedades, devido ao seu alcance, potencial abertura de espaços e facilidade de interlocução e diálogo.

Grupos sociais se reconhecem e se aproximam através das redes, assim como o audiovisual pode ser utilizado como manifestação de uma identidade coletiva. Os movimentos sociais ligados à arte e cultura possuem, em tese, duas funções nesse aspecto: o primeiro ponto é o uso das redes e mídias como articulador de si, criando o seu grupo e se reconhecendo como tal construindo suas dimensões éticas, morais e, sobretudo, sua identidade. O segundo ponto é uso da própria arte e suas extensões práticas como elementos de propagação, resistência e discurso alinhado com a causa e os valores do grupo, dimensionando a prática artística-cultural a prática social.

O audiovisual paraibano possui um currículo de ações e um calendário de eventos que para além de promover a cultura do audiovisual no estado,

1 Trabalho apresentado no GP Teorias do Jornalismo, XIII Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

visa também estimular a identidade local e em defesas de causas como as questões de gênero e raça. Através das ações que visam a formação técnica e estética, a produção de eventos e obras, o fomento a realização de produtos, a circulação, difusão e fruição, o audiovisual vem dialogando com a sociedade e reivindicando junto as instâncias públicas a otimização do espaço de trabalho e a difusão da cultura e cidadania no estado.

Diante disto, como se estabelecem essas práticas e de que forma geram efeitos no audiovisual do estado? De que maneira o audiovisual pode se configurar como elemento importante para a cidadania cultural?

Este artigo é fruto de uma pesquisa de mestrado em fase intermediária, cujo objetivo é responder aos questionamentos levantados acima, através do estudo das entidades que compõe o movimento de audiovisual paraibano e que se utilizam da internet como ferramenta de reivindicação de suas demandas, articulação de atividades e políticas, como forma de estabelecer um canal direto com seu público alvo, ou ainda como maneira de divulgar e publicizar suas ações para o meio cibernético em geral.

Utilizamos o método etnográfico pelo seu enquadramento no ponto de vista fazer prático antropológico e pela noção de descrição de um grupo, a perspectiva que nos interessam mais é a de Michael Angrosino (2009) que define “a etnografia é a arte e a ciência de descrever um grupo humano – suas instituições, seus comportamentos interpessoais, suas produções materiais e suas crenças” (ANGROSINO, 2009, p.30). Além disso, se fez necessário uma pesquisa bibliográfica para compreender melhor o fenômeno e os principais conceitos empregados neste artigo.

No presente artigo não pretendemos ainda responder as questões acima, mas esboçar os principais referenciais teórico-metodológicos que orientam a análise do nosso objeto de estudo, apresentando-os para o debate coletivo.

O audiovisual e cidadania cultural

O audiovisual enquanto elemento estético e técnico sempre possuiu muitas funções na sociedade para além da fruição da arte. É largamente

conhecido que o próprio cinema dos irmãos Lumière nasceu sem finalidade estética, mas sim científica. Com o passar dos tempos, a linguagem do audiovisual em seus formatos televisivos, cinematográficos, videográficos e digitais obtiveram outras finalidades para além da arte e do entretenimento.

O uso com fins educativos, o institucional, o publicitário, e o político também se fizeram valer da importância do uso da ferramenta audiovisual para ampliar seu alcance frente ao seu público e a sociedade, no processo de *mediatização* (VERÓN, 2005) das esferas sociais, contribuindo ainda mais na importância do papel da mídia nos processos sociais e políticos.

Dentre esses campos, cabe destacar o uso do audiovisual – aqui enquadrado como a linguagem cinematográfica e videográfica e toda sua cadeia produtiva – como elemento propulsor da cidadania, com ênfase na cidadania cultural de indivíduos.

Entendemos que a cidadania, compostas por um *status legal* (direitos), um *status moral* (deveres) e, sobretudo uma *identidade* (CORTINA, 2005), alçam o indivíduo, envolvido num universo multicultural, buscando equilíbrio em sua convivência e/ou coexistência com os demais indivíduos a sua volta. Essa cidadania será o vínculo de união entre grupos sociais diversos, o que a configura como “uma cidadania complexa, plural e diferenciada [...] capaz de tolerar, respeitar ou integrar diferentes culturas” (idem, 2005).

No entanto, para se promover essa cidadania e buscar a convivência harmônica entre culturas e grupos sociais, o audiovisual pelo seu caráter massivo, predominantemente imagético e com uma linguagem universal, inclina-se naturalmente como um elemento preponderante também na promoção da cidadania, quanto na manifestação da diversidade cultural e das identidades dos grupos sociais. Esta aproximação fundamenta-se na compreensão mútua entre os diferentes indivíduos, objetivando derrubar as divisórias, os muros de ignorância e as viseiras que nos tornam desconhecedores do outro e seu *habitus* (SODRÉ, 2006). O que Adela Cortina chamaria de ética intercultural:

“Trata-se antes de tomar consciência de que nenhuma cultura tem solução pra todos os problemas vitais e de que pode aprender com outras,

tanto soluções das quais carece como a se compreender a si mesma. Nesse sentido, uma *ética intercultural* não se contenta em assimilar as culturas relegadas à vencedora, nem tampouco com a coexistência das culturas, mas convida a um diálogo entre as culturas, de forma que respeitem suas diferenças e esclareçam conjuntamente o que consideram irrenunciável para construir, a partir de todas elas, uma convivência mais justa e feliz (CORTINA, 2005, p. 144).”

Nesse sentido, o audiovisual também poderá assumir-se enquanto grupo social e sociedade civil, saindo da condição de *meio* para a condição de *ator*. Realizadores, produtores, agências de terceiro setor que se utilizam do audiovisual tem a capacidade de promover ações no meio, que visam sustentar a diversidade cultural, a cidadania e a identidade dos diferentes povos, seja nas instâncias de realização de obras que reforcem estes conceitos, seja nas ações de formação, exibição, circulação e fruição do fazer audiovisual e toda sua potencialidade.

Essas ações configuram os profissionais de audiovisual que se interessa por estas causas não mais como categoria, mas sim como movimentos sociais e sociedade civil organizada, mediante as suas ações junto ao poder público na tentativa de reivindicar pleitos para o setor.

Movimentos sociais e articulação nas redes

Os movimentos sociais sempre se utilizaram das mídias como elemento estratégico de informação, comunicação, reivindicação de demandas e articulação interna. Na organização de suas ações, os meios são tidos enquanto dispositivos de aproximação com a sociedade como um todo e elemento discursivo frente ao Estado e as estruturas hegemônicas.

Eles emergiram como formas de pressão da sociedade civil frente à esfera do Estado por ações públicas efetivas, mediante ao não contentamento com as políticas públicas, que por centralidade ou por favorecimento a alguma elite geraram disparidades sociais e frente a isso, a parcela excluída da

população mobiliza-se em organizações. Segundo Regina Festa:

Os movimentos sociais não ocorrem por acaso. Eles têm origem nas contradições sociais que levam parcelas ou toda população a buscar formas de conquistar ou reconquistar espaços democráticos negados pela classe de poder, e postulam novos espaços sociais, ora através de confrontação ora por participação (idem, 1986, p. 11-13).

Seja através do diálogo participativo ou em oposição às políticas públicas vigentes, os movimentos sociais se configuram como instância decisória e mediante sua articulação pode-se configurar enquanto sociedade civil organizada, disposta a construir políticas afirmativas para parcelas da sociedade desfavorecidas de certos bens.

A sociedade civil organizada configura-se com elemento de grande importância no cenário político de uma sociedade. Reivindicando em prol dos setores marginalizados pelas políticas públicas de estado e contrapondo as pressões dos setores privados dominantes, os movimentos sociais de caráter popular integram um dos pilares vitais para manutenção do sistema democrático (DAGNINO apud BURGOS, 2007).

Os movimentos sociais se diferenciam da sociedade civil organizada, tanto pela não subordinação de uma pela outra, como também pelo fato dos movimentos sociais populares operarem na lógica da oposição e da contra hegemonia, sendo uma das expressões mais dinâmicas de resistência (DOWNING, 2002).

Enquanto isso, a sociedade civil organizada é composta, também, por entidades pró- hegemônica, conservadoras e diretamente ligada às instituições de poder vigente, criando um jogo de disputa interna em que Scott irá chamar de *infrapolítica* (SCOTT in DOWNING, 2002).

Em geral, as artes e a cultura são alguns dos bens reivindicados pela sociedade, e os movimentos sociais de cunho artístico-cultural desempenham, em tese, a busca por uma democratização ao acesso de bens culturais, preservando a pluralidade das identidades e a diversidade cultural, bem como estimular a cidadania cultural em sua instância *sociocomunicativa* (CORTINA, 2012) na medida em que permitem minorias manifestarem suas identidades

e estabelecer outro canal de comunicação paralelo as mídias hegemônicas.

Para efetivação desta cidadania e promoção da cultura, movimentos sociais utilizam e se apropriam de dispositivos midiáticos como canais de aproximação entre suas ações e o público. Entendendo movimentos sociais enquanto ação social coletiva que se transforma mediante aos modos de produção, consideremos a influência das novas tecnologias no *modus operandi* dos movimentos. Estes se apropriam dos seus dispositivos midiáticos para otimizarem suas ações.

Para fazer valer suas ações, os movimentos sociais utilizam as mídias como formas de propagação do seu discurso. Estas se configuram como canais de informação, participação e mobilização dos movimentos, por razões múltiplas como alcance, eficácia, disponibilidade, retorno, entre outros aspectos. A relevância da escolha da Internet e seus dispositivos como mídia pode estar associada a sua natureza de aspecto colaborativo germinado no seu nascedouro, onde existe uma flexibilidade na sua forma e construção do seu espaço.

No início deste século XXI, a Internet através dos seus dispositivos midiáticos, a exemplo das redes sociais, se tornou uma ferramenta de uso contínuo para o esclarecimento dos propósitos dos movimentos, assim como assumiu o papel de canal de participação dos indivíduos na construção de pautas e estratégias, afirmação de demandas e comunicação direta entre os movimentos sociais e a população, se configurando como uma opção contra- hegemônica ante os modelos midiáticos vigentes.

Sobre essa aproximação entre os movimentos sociais e a Internet, Manuel Castells afirma que os movimentos “encontraram nela (A rede) seu meio apropriado de organização, esse movimentos abriram e desenvolveram novas avenidas de troca social, que, por sua vez, aumentaram o papel da Internet como sua mídia privilegiada (CASTELLS, 2003, p.114- 115)”.

Isso implica numa transformação do próprio agir dos movimentos, reconfigurando suas práticas. Da mesma forma que os movimentos interferem no meio virtual, o meio virtual também interfere nos movimentos. No *bios* midiático as relações sociais designam comunidade na ideia de

compartilhamento, troca, ao que pode se pertence a todos (SODRÉ, 2006). Nesse contexto, gera-se uma nova vivência, vinculada ao plano virtual, criando formas de relações sociais – o *habitus*. Da maneira que através das práticas dos movimentos alteram a finalidade da rede, que gradativamente sai da dimensão *societal* – controladas e impulsionadas pelo Estado e as organizações empresariais e atinge uma dimensão *sociável*, operando de baixo pra cima, partindo do princípio de reciprocidade (idem, 2009, p. 238).

Sodré ainda nos acrescenta as relações desse contexto social entre os movimentos e a sociedade nasce à ideia de vinculação, que para ele, é “muito mais do que um mero processo interativo, porque pressupõe a inserção social e existencial do indivíduo desde dimensão imaginária [...] até as deliberações frente às orientações práticas de conduta, isto é, aos valores (idem, 2006, p.93)”. Isso resvala na constituição do caráter público da informação e da prática social dos movimentos sociais, pois “forma-se modos de organização da cidadania e de auto-representação da sociedade, nos modos como ela deseja perceber-se e se tornar visível (idem, p. 95)”.

Sendo assim, ocorre uma *reterritorialização* do espaço virtual enquanto meio, bem como reconfigura o papel da mídia na construção social dotada de um sentido sociável. Martín-Barbero emprega o termo de *socialidade*, considerando que a sociedade é fragmentada e possui uma expressão múltipla dos atores sociais que gera modos de relacionar-se com a comunicação, apropriando-se dela e de seus dispositivos, construindo produtos sociais cotidianamente (MARTÍN-BARBERO, 1995, p.59).

Contexto, atores e ações práticas do audiovisual paraibano

Considerando o panorama brasileiro, diversos movimentos utilizam e se apropriam das mídias digitais e da plataforma da web enquanto campo de atuação discursiva e produção de conteúdo – a exemplo do CMI² (Centro de Mídia Independente) e do portal Intervozes³ - bem como ferramenta de

2 <http://www.midiaindependente.org/>

3 <http://www.intervozes.org.br/>

organização interna e canal de diálogo com a população. O crescimento do acesso às tecnologias de informação e comunicação (TIC's)⁴ permite uma evidência maior na atuação destes movimentos, assim como uma audiência mais ativa, variada com caráter participativo e colaborativo (DOWNING, 2002) mediante a dinâmica de cada movimento social e suas entidades.

No estado da Paraíba não é diferente. Sites das mais variadas categorias e finalidades de interesse sociocultural compõem uma frente paralela de informação e comunicação ante as chamadas mídias oficial (estado) e hegemônica (privado), criando uma mídia independente e alternativa, se apropriando das mídias digitais como ferramentas de articulação, debate e ação tática para galgar novos campos de atuação, propor políticas de interesse coletivo e almejar uma cidadania cultural efetiva.

Dentre as tantas iniciativas e frentes de atuação, cabe destacar as ações do movimento de audiovisual paraibano. No entanto, faz-se necessário compreender que o movimento de audiovisual paraibano não é instituído, formalizado ou possui uma composição hierárquica definida. Podemos considerá-lo com um conjunto de entidades e ações que visam os interesses do audiovisual paraibano e suas relações com a sociedade.

Sua composição é plural e multifacetada, tendo como seus participantes entidades classistas (ABD-PB), independentes (Cineclubes, movimento pelo cine São José, Moinho de Cinema da Paraíba, Fundação Acauã, etc.), órgãos e instituições governamentais (UFPB, UFCG, UEPB, SeCult/PB, Funjope dentre outros) que operam na discussão com a sociedade e com as esferas pública e privada em busca de espaços seja de interesse profissional ou relativo à função social que o audiovisual contribui para o bem estar e cidadania, investindo nos campos do fomento à produção, formação qualificada, distribuição, exibição e circulação de materiais audiovisual e promoção de festivais de acesso à população. É visível que neste contexto, ocorrem processos de disputa da hegemonia interna ou *infrapolítica*, como definiria Scott (*apud* MORAES, 2008).

4 Dados do Comitê Gestor da Internet no Brasil apontam para uma base de 38% da população com acesso a Internet (COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL, 2012) <http://cetic.br/usuarios/tic/2011-total-brasil/rel-geral-04.htm>.

Sabe-se que o movimento do audiovisual paraibano através das entidades que a compõe utilizam tecnologias de informação e comunicação desde agosto de 2003, na ocasião foi instaurada a lista de discussão da ABD-PB, também conhecida como de lista de corte. Essa tem por objetivo promover troca de informações, debates e deliberação de estratégias de ação da classe reivindicando demandas e políticas de estímulo a produção, circulação e formação no campo do cinema e vídeo.

A lista agrega seus sócios, entidades parceiras de caráter independente e pública criando uma rede de diálogo que deram vazão, de maneira direta e indireta, ao crescimento tanto das produções, quanto a formações de plantel na área técnica e o aumento de espaços para exposições.

Estas comunidades foram preponderantes em alguns casos de embate entre o movimento do audiovisual paraibano e o poder público, como podemos citar o caso da revitalização do Cineteatro São José, em Campina Grande, onde pressões exercidas pelo movimento com apoio de parcela da sociedade civil organizada fizeram com que governo estadual elaborasse um projeto de revitalização do espaço que estava a mais de 20 anos desativado e o transformasse em uma casa de cinema paraibano.

Estas ações lograram êxito graças a uma disseminação democrática de informação que fizeram com que temas relativos à cultura do audiovisual e sua importância cidadã, vieram à tona inclusive tendo cobertura midiática comercial, quando antes tais temáticas eram alheias às pautas dos veículos midiáticos hegemônicos.

Mediante as discussões no âmbito virtual, ações práticas se desencadearam no âmbito real, tanto na esfera independente quanto nas ações negociadas com o governo estadual. Sendo exemplos disto, podemos destacar no campo independente ações de trabalho executados nos festivais Cinema com Farinha em Patos e CurtaCoremas em Coremas – onde as exposições são feitas em praça pública agregando um público mais amplo e foram oferecidas oficinas e mostras voltas para o público infantil e adolescente no intuito de estimular novos videastas – além da iniciativa do Cine Congo, onde ações conjuntas empreendidas entre a organização

do festival e os programas PETI (programa de Erradicação do Trabalho Infantil) e ProJovem produziram junto a crianças e adolescentes curtas de um minuto, nos quais os melhores foram premiados (CINEMA COM FARINHA; CURTA COREMAS; CINE CONGO, 2012).

Nestas ações, também se empreenderam de forma independente na sua forma de gestão, parcerias com as instituições públicas como fundações e universidades. Existem três projetos que merecem destaque por sua dinâmica, seu alcance e seus propósitos coadunados com a cidadania cultural e preservação da identidade local.

O JABRE – Laboratório paraibano para jovens roteiristas é uma ação conjunta entre a UFPB, através do Projeto Cinestésico e da produção independente paraibana que visa formar e capacitar no universo do audiovisual, jovens do interior do estado, tendo como um dos objetivos:

“Profissionalizar o fazer audiovisual no interior da Paraíba; Possibilitar a produção de obras audiovisuais que abordem as realidades econômica, social e cultural de várias regiões do Estado tendo como princípio a ideia de que ‘um país sem cinema é como uma casa sem espelho’; Possibilitar a fixação de jovens em suas cidades de origem a partir de uma atividade motivadora e ocupacional [...] Utilização do audiovisual para registro da memória de cidades do interior (JABRE, 2010)”.

Esta iniciativa possui um potencial democratizante no campo do audiovisual e da comunicação, ao possibilitar que outras vozes (DOWNING, 2010), mais distantes dos grandes centros do estado possam também dialogar e fazer parte da construção da cultura audiovisual do estado.

O Projeto Cinestésico citado acima é outra iniciativa que visa difundir e exibir produtos audiovisuais em diferentes instituições de ensino (superior e básico), a fim de iniciar os sujeitos nas linguagens audiovisuais, capacitando-os em sua formação na leitura reflexiva das mídias e de criações experimentais. Nesse processo, de leitura e produção, procura-se pesquisar as formas de produção de conhecimento implicadas nas linguagens audiovisuais, aproximando diferentes níveis e instituições de ensino e viabilizando construção de conhecimentos de diferentes áreas disciplinares.

(CINESTÉSICO, 2012)

Ações que como essas encontram respaldo nas programações dos cineclubes, festivais e mostras espalhadas pelo estado, o que redimensionam o alcance e circulação das obras, abafadas por uma cultura de exibição predominantemente privada e sem espaço para a produção local. Estas instâncias funcionam como janelas de contato da obra paraibana e acarretam políticas de formação, criando ambientes e possibilidades de inserção da sociedade paraibana no fazer e no consumir o audiovisual local, estabelecendo diálogos tanto com a comunidade onde são aplicadas as ações, quanto o debate com o poder público através de fóruns presenciais permanentes ou itinerantes.

Nas ações negociadas com o governo estadual temos duas iniciativas que merecem destaque. A primeira foi o movimento de revitalização do Cine São José, onde a ocupação e pressão do movimento audiovisual paraibano fez com que o governo se mobilizasse e iniciasse o processo de revitalização do espaço, muito embora as demandas requisitadas pelo movimento não fossem plenamente acatadas⁵, houve sim, um avanço no oferecimento de espaço e aparelhagem específica do cine, que está em fase de execução.

A segunda ação conjunta foi a implantação do Prêmio Linduarte Noronha de Audiovisual pela Secretaria de Cultura do Estado, que visa premiar roteiros para audiovisual de curta metragem com financiamento de produção dos projetos. Instituído em 2009, o prêmio ainda não contempla em sua totalidade as demandas necessárias ao movimento, que em geral reivindica ao menos 3 milhões de reais investidos em audiovisual enquanto as ações do governo giram em torno de 500 mil reais (PELO CINE PB, 2012).

Estas ações são debatidas e determinadas nos fóruns presenciais, onde são elencadas demandas a serem cobradas do poder público ou então são deliberadas estratégias de ação empreendidas nos festivais, cineclubes e

5 O movimento Pelo Cine PB lutava por um espaço estritamente voltado para o audiovisual que contemplasse todas as instâncias do processo produtivo (formação, fomento, produção, exibição e distribuição), no entanto o governo prezou por destinar o espaço a práticas artística multimodal.

projetos de formação como o JABRE. (idem, 2012)

Tais ações tiveram como elemento embrionário de discussão as listas virtuais e os grupos de discussões de redes sociais como *facebook*, *twitter* e outros, ou tiveram sua divulgação operada por estes dispositivos, comunicando com o público. Além do mais, também servem de *feedback* para avaliação e melhoria no intuito de dar continuidade às ações coletivas. No entanto, as discussões no fórum presencial são consideradas instâncias importantes para efetivação e implementação das estratégias dos movimentos respeitando a particularidade de cada uma das entidades e sua região de atuação.

Sendo assim, as atividades no plano virtual irão fluir para o contexto social, ou como Debray denomina de *socius*, que possui um destino territorial, organizado e dependente de seus meios de locomoção e mobilização. Debray considera a dialética suporte/relações, constitui o ponto nevrálgico do esquema de interação, onde é “impossível tratar separadamente a instância comunitária do dispositivo de comunicação, uma sociabilidade de uma tecnicidade (DEBRAY, 2000, p.35)”.

Podemos aliar a essa dialética à prática social efetiva, onde consideremos a interação rela com público enquanto elemento atestador da construção da ação prática do movimento, haja vista por ser seu fim maior. O que em potencial permite a sociedade uma nova vivência, novos hábitos e ressignificação de espaços, assumido um novo *ethos* (SODRÉ, 2003). O audiovisual por si só é um produto que pode ser dotado de ideologia (CANEVACCI, 1984), no entanto o conteúdo ideológico não está presente somente nas obras, mas em toda sua lógica de produção e possui seu caráter nacionalista (TURNER, 1997, p.132).

Como parte de um todo, o audiovisual paraibano em suas práticas descentralizadas corrobora com o cinema brasileiro, mas não na lógica industrial hegemônica das grandes distribuidoras. Busca-se outros caminhos, alternativas, percursos onde o mercado não prioritário, embora objetivo, mas há sim uma preocupação com a identidade local, a cidadania cultural e a democratização aos meios e aos bens culturais.

Para isso a importância das redes como elementos articuladores e ação negociada com o poder público onde se importa a arena de debate do plano real para o *bios* virtual, mas com o intuito de fazer o caminho inverso. O que é certo que nem tão cedo estas discussões terão um fim, e não será saudável se isso acontecer.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em nossas reflexões e diante do que foi exposto do objeto retratado, percebemos o potencial do audiovisual paraibano como elemento promotor da cidadania cultural do estado frente a uma realidade onde se buscam espaços para sua difusão. Em meio a ações variadas e a utilização de estratégias e táticas conforme a conjuntura local oferece. No entanto, é válido ressaltar tanto a composição plural do movimento, quanto os instantes em que são oferecidos os debates com o poder público e com a sociedade.

O movimento não se pauta simplesmente no projeto político das prefeituras, do governo do estado ou das políticas do MinC, mas também engendram ações de forma independente em parcerias com universidades – que apesar de instituições públicas gozam de autonomia e possibilitam uma também autonomia de gestão nos projetos elaborados pelo audiovisual paraibano – e iniciativa privada, tanto na sua produção de obras, quanto nas atividades de formação, fomento, exibição e circulação.

Estes espaços construídos e conquistados são frutos de intenso debate e articulação pelas redes, e são provocados mediante aos interesses de cada região. Ocorre uma reterritorialização do campo do diálogo interno do movimento e, por conseguinte, os usos das redes sociais digitais permitem um contato alternativo e alargado com a sociedade nas suas ações e eventos.

Nosso trabalho ainda está em fase de aprofundamento, encerrando a pesquisa de campo com entrevistas de profundidade com os principais responsáveis pelas ações no movimento. Esta etapa tem por objetivo entender como as sociabilidades entre membros se constroem, como as táticas do movimento são elaboradas e entender o real alcance das mesmas.

As práticas do movimento audiovisual paraibano como um todo, redimensiona o fazer audiovisual no estado da Paraíba, estabelecendo uma cultura singular nesse meio, alçando identidades de vários rincões do estado às telas, revelando duplamente o audiovisual para o estado, e a cultura paraibana para o seu próprio povo.

REFERÊNCIAS

ABD-PB, 2012. Disponível em: <www.abdpb.org.br >. Acessado em outubro de 2012. ANGROSINO, Michael. **Etnografia e observação participante**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

BURGOS, Raúl. **Da Democratização Política à Radicalização da Democracia: novas dimensões estratégicas dos movimentos sociais**. In: DAGNINO, E.; TATAGIBA, L. **Democracia, Sociedade Civil e Participação**. Chapecó: Argos, 2007.

CANEVACCI, Massimo. **Antropologia do Cinema**. São Paulo. Brasiliense, 1984. CASTELLS, Manuel. **A Galáxia da Internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

CINESTESICO, Projeto, 2012. Disponível em: <<http://projetcinestesico.blogspot.com.br/>>. Acessado em outubro de 2012.

CORTINA, Adela. **Cidadãos do Mundo: por uma teoria da cidadania**, São Paulo. Loyola, 2005.

DOWNING, John D. H. **Parceiros não comunicativos: análise da mídia dos movimentos sociais e os educadores radicais**. In: Matrizes, Vol. 3, No 2 - PERSPECTIVAS AUTORAIS NOS ESTUDOS DE COMUNICAÇÃO VI. São Paulo: USP, 2010.

Mídia Radical: rebeldia nas comunicações e movimentos sociais. São Paulo: Ed. Senac, 2002.

FESTA, Regina. **Movimentos Sociais, Comunicação Popular e Alternativa**. In: FESTA, R.; LINS DA SILVA, C. **Comunicação Popular e Alternativa no Brasil**. São Paulo: Paulinas, 1986.

JABRE – Laboratório Paraibano de Jovens Roteiristas, 2012.
Disponível em:
<<http://jabre2012.blogspot.com.br/p/o-projeto.html>>. Acessado em setembro de 2012. LACERDA, Juciano Sousa; MAZIVIERO, Helena.

Pesquisa da pesquisa sobre usos e apropriações das TIC's: um balanço aquém das expectativas. In: XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação: **Quem tem medo da pesquisa empírica.** São Paulo: Intercom/Adaltech, 2011. v.1. p. 1-15.
Disponível em:
<<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2011/resumos/R6-2376-1.pdf>>_Acessado em 30 de maio de 2012

MORAES, Dênis de. **Comunicação Alternativa em Rede e Difusão Contra- Hegemônica.** In: COUTINHO, Eduardo G. **Comunicação e Contra Hegemonia.** Rio de Janeiro: editora UFRJ, 2008.

PAIVA, Raquel. **Contra-Mídia-Hegemônica.** In: COUTINHO, Eduardo G. **Comunicação e Contra Hegemonia.** Rio de Janeiro: editora UFRJ, 2008.

RAMOS, Murilo César. **Comunicação, Direitos Sociais e Políticas Públicas.** In: MARQUES DE MELO, J.; SATHLER, L. **Direitos à Comunicação na Sociedade da Informação.** São Bernardo do Campo, SP: Umesp, 2005.

SODRÉ, Muniz. **Antropológica do espelho: uma teoria da comunicação linear e em rede.** 4. Ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

_____. **As estratégias sensíveis: Afeto, mídia e política.** Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 2006.

TURNER, Graeme. **O Cinema como Prática Social**. São Paulo Summus, 1997.

O uso e apropriação de redes sociais digitais como canais de informação e participação dos movimentos sociais contra-hegemônicos junto à comunidade

Os movimentos sociais populares durante sua história buscou sempre fazer valer a opinião inconformada de uma parcela da sociedade destituída das políticas públicas do Estado e da conjuntura sociopolítica dos grupos hegemônicos que em certo aspecto determinado os oprimem. Suas mobilizações se pautam em esclarecer a sociedade civil nos seus posicionamentos ideológicos e uma das maneiras mais eficazes de fazer entender o seu discurso foram os meios de comunicação.

Com a crescente popularização das mídias digitais e do uso da web, os movimentos sociais acabaram por se inserir nela e atuar na rede, reterritorializando o modo de atuação do movimento, gerando uma *eticidade* (SODRÉ, 2009) distinta do modo habitual dos movimentos, que passam a atuar nos dispositivos midiáticos digitais e em especial nas redes sociais digitais, a exemplo das listas de discussão, do *facebook* e do *twitter*.

No entanto, mediante as transformações sociais e políticas que as práticas dos movimentos causam na própria estrutura dos movimentos, cabe aqui uma discussão teórica sobre as potencialidades destas redes sociais enquanto ferramentas de disseminação de informação e participação, considerando os princípios de recepção ativa.

Para refletir acerca da pesquisa proposta, é necessário que haja um aprofundamento teórico. Nesta direção, recorreremos às obras dos teóricos alemães Niklas Luhmann (2006), Vilém Flusser (2008) e Harry Pross (1990), do filósofo francês Bruno Latour (2006), do sociólogo argentino Eliseo Verón (2006), dos canadenses Harold Innis (2011) e Erving Goffman (2006), dos franceses Maurice Mouillaud (2006) e Réégis Debray (2000), do teórico italiano Carlo Scolari (2010), do filósofo canadense Marshall McLuhan (2005), do filósofo alemão Martin Heidegger (2007), do jornalista e pesquisador brasileiro Muniz Sodré (2006; 2009) e do teórico jamaicano Stuart Hall (2003; 2004).

Movimentos sociais populares no contexto contra-hegemônico e disseminação de informação

Buscando entender o processo de aproximação entre os movimentos sociais e as mídias digitais, descreveremos suas relações através dos ‘marcos de referências sociais’ (GOFFMAN, 2006) num esforço de descrever os agentes vivos deste processo. Os movimentos sociais emergiram como formas de pressão da sociedade civil frente à esfera do Estado por ações públicas efetivas, mediante ao não contentamento com as políticas públicas, que por centralidade ou por favorecimento a alguma elite geraram disparidades sociais e frente a isso, a parcela excluída da população mobiliza-se em organizações. Segundo Regina Festa:

Os movimentos sociais não ocorrem por acaso. Eles têm origem nas contradições sociais que levam parcelas ou toda população a buscar formas de conquistar ou reconquistar espaços democráticos negados pela classe de poder, e postulam novos espaços sociais, ora através de confrontação ora por participação (idem, 1986, p. 11-13).

Considerando isto, é válido ressaltar que os movimentos sociais nascem nas tensões entre classes sociais mediante a uma conjuntura de desequilíbrio de forças diante da hegemonia do Estado. O Conceito de hegemonia, trabalhado por Gramsci, remete o que está organicamente ligado ao Estado, perfaz pela relação também orgânica entre sociedade política e sociedade civil, o que elevado ao longo do tempo a ser chamada de ‘espaço público não estatal’ (BURGOS, 2007, p. 128 -130) e dotada de caráter político legítimo, como pode afirmar a cientista política Evelina Dagnino:

A ação política não se limita a sociedade política, como a teoria da sociedade civil sustenta, mas é parte lógica da sociedade civil, cujos autores, ao defender projetos na esfera pública e desenvolver a ação coletiva, estão fazendo política, disputando espaços de poder e orientando a política pública. Gramsci [...] mostra que a sociedade civil, é terreno do poder e, portanto, campo da ação política. (DAGNINO apud BURGOS, 2007).

Em oposição à ideia de hegemonia, se atribui o conceito de contra

hegemonia, em que essa oposição se manifesta no sentido restritivamente antagônico e não de substituição ao hegemônico, numa ideia de distanciamento ideológico pautado em ideais que geram uma constante ação e reflexão contundente ao status quo vigorado (PAIVA, 2008). Dagnino ainda ressalta que há uma heterogeneidade de atores civis, e que no seu cerne, inclusive possam existir projetos nem tão civis muito menos democratizantes, configurando uma arena plural de lutas e conflitos (idem, 2007).

Esta definição aproxima-se muito da ideia de sociedade civil de Dênis de Moraes. O autor associa esse posicionamento – também sob influência gramsciana – ressaltando que nessa arena, atuam aparelhos autônomos do Estado que buscam estabelecer consenso seja para manutenção ou reversão dos padrões dominantes, e entende que a hegemonia não se reduz a força e correção, mas e resultado de embates ente visões de mundo e valores no interior de uma sociedade quanto das mediações de forças entre blocos sociais em determinado contexto histórico (MORAES, 2008).

Para fazer valer suas ações, os movimentos sociais utilizam as mídias como formas de propagação do seu discurso. Estas se configuram como canais de informação, participação e mobilização dos movimentos, por razões múltiplas como alcance, eficácia, disponibilidade, retorno, entre outros aspectos. A relevância da escolha da Internet e seus dispositivos como mídia pode estar associada a sua natureza de aspecto colaborativo germinado no seu nascedouro, onde existe uma flexibilidade na sua forma e construção do seu espaço.

No início deste século XXI, a Internet através dos seus dispositivos midiáticos, a exemplo das redes sociais, se tornou uma ferramenta de uso contínuo para o esclarecimento dos propósitos dos movimentos, assim como assumiu o papel de canal de participação dos indivíduos na construção de pautas e estratégias, afirmação de demandas e comunicação direta entre os movimentos sociais e a população, se configurando como uma opção contra-hegemônica ante os modelos midiáticos vigentes. Sobre essa aproximação entre os movimentos sociais e a Internet, Manuel Castells afirma que os movimentos “encontraram nela (A rede) seu meio apropriado

de organização, esse movimentos abriram e desenvolveram novas avenidas de troca social, que, por sua vez, aumentaram o papel da Internet como sua mídia privilegiada (CASTELLS, 2003, p.114-115)”.

Essa aproximação dos movimentos com os meios virtuais encontra respaldo na teoria de Innis. Na sua discussão sobre a materialidade dos meios, nos quais ele denomina meios leves e pesados, Innis afirma que “um meio pode ser mais apropriado para a disseminação do conhecimento através do espaço através em detrimento do tempo (INNIS, 2011, p. 103)”. A rede como veículo leve, possui característica de acúmulo de informação que possa ser disponibilizada em tempo instantâneo, possibilitando uma dinâmica de conversação quase em tempo real. Para a maioria dos movimentos que operam dentro de uma lógica tática na construção de suas ações, a rede facilita, em tese, o contato, a articulação e elaboração de estratégias em um espaço de tempo suficiente para que suas ações tenham mais chances de lograr êxito.

Isso implica numa transformação do próprio agir dos movimentos, reconfigurando suas práticas. Da mesma forma que os movimentos interferem no meio virtual, o meio virtual também interfere nos movimentos. No *bios* midiático as relações sociais designam comunidade na ideia de compartilhamento, troca, ao que pode se pertence a todos (SODRÉ, 2006). Nesse contexto, gera-se uma nova vivência, vinculada ao plano virtual, criando formas de relações sociais – o *habitus*. Da maneira que através das práticas dos movimentos alteram a finalidade da rede, que gradativamente sai da dimensão *societal* – controladas e impulsionadas pelo Estado e as organizações empresariais e atinge uma dimensão *sociável*, operando de baixo pra cima, partindo do princípio de reciprocidade (idem, 2009, p. 238).

Sodré ainda nos acrescenta as relações desse contexto social entre os movimentos e a sociedade nasce à ideia de vinculação, que para ele, é “muito mais do que um mero processo interativo, porque pressupõe a inserção social e existencial do indivíduo desde dimensão imaginária [...] até as deliberações frente às orientações práticas de conduta, isto é, aos valores (idem, 2006, p.93)”. Isso resvala na constituição do caráter público da informação e da

prática social dos movimentos sociais, pois “forma-se modos de organização da cidadania e de auto-representação da sociedade, nos modos como ela deseja perceber-se e se tornar visível (idem, p. 95)”.

Sendo assim, ocorre uma *reterritorialização* do espaço virtual enquanto meio, bem como reconfigura o papel da mídia na construção social dotada de um sentido sociável. Matín-Barbero emprega o termo de *socialidade*, considerando que a sociedade é fragmentada e possui uma expressão múltipla dos atores sociais que gera modos de relacionar-se com a comunicação, apropriando-se dela e de seus dispositivos, construindo produtos sociais cotidianamente (MARTÍN-BARBERO, 1995, p.59).

Essa interferência do indivíduo ou grupo social no meio e vice-versa é própria da ‘ecologia’ da Internet enquanto mídia, em que pese e se reflete como ambiente de constante alteração e jogo de poder entre as forças (SCOLARI, 2010). Na medida em que os movimentos conquistam novos espaços e estabelecem uma disseminação de conteúdo livre, abre um prisma diferenciado e de alcance a todos, frente às informações disseminadas pelos veículos de comunicação hegemônicos e a informação oficial.

Dialética sobre dispositivos, redes e sistemas; usos e apropriação na organização social

Entendendo o processo da ação e interação das mídias com os movimentos, sabe-se que a ordem ocorre por meio de dispositivos midiáticos. Entende-se aqui por dispositivo através da definição de Maurice Mouillaud, que o define como “lugares materiais ou imateriais nos quais se inscrevem (necessariamente) os ‘textos’ (MOUILLAUD, 2002, p. 34-35)”. O autor denomina texto quaisquer formas de inscrição, sejam elas de linguagem, icônica, sonora, gestual, etc. Possui uma forma específica qual a caracteriza a estrutura no espaço e tempo e funcionam como matrizes (muito mais que suportes) dotadas de finalidades e sentidos, além de pertencerem a lugares institucionais (idem, 2002).

A rede comporta inúmeros dispositivos, dentre os quais destacamos

as redes sociais. Apesar de serem de propriedade privada, são abertas ao público e se distinguem pela sua finalidade. São midiáticos porque interferem nos processos de informação e trabalham na ordem da mediação (SODRÉ, 2009), neste caso por computador. Se relacionarmos com a teoria dos sistemas de Niklas Luhmann, o meio virtual atua como sistema social, e como meio possui características de difusão e interferem no comportamento individual, porém considera-se a complexidade do sistema social, devido a sua grande pluralidade, composto por subsistemas. O autor alemão afirma que “todo sistema representa a transformação da improbabilidade da comunicação em probabilidade (LUHMANN, 2006, p. 51)”, e deve-se considerar a inter-relação entre as técnicas de difusão e as possibilidades de êxito da comunicação como elementos a serem considerados na transformação. Isto implica reforça a ideia de interferência do meio na sociedade, assim como na sociedade no meio, gerando sempre algo novo.

Por seu turno, dentro desta lógica de sistemas, Gabriel Cohn considera a comunicação como um “processo expansivo e voltado para inclusão de novos elementos significativos, ao passo que a informação é um processo seletivo, voltado para exclusão de elementos definidos como insignificantes (COHN, 2001, p. 43)”. O autor entende que não são transmissão e recepção de conteúdos os alvos desse ponto de vista, mas sim a geração de formas (idem, 2001).

Isso quer dizer que os movimentos, ao se redimensionarem com espaço virtual, o faz com emprego seletivo, já que geralmente possui um público-alvo, uma política de atuação específica e uma determinada finalidade, e isso que vai também criar uma seletividade no usuário, que está escolhendo a informação desejada. No entanto, ao ter aberturas e possibilidades de interação, colaboração, o processo passa de uma mera disseminação de informação para uma comunicação, gerando outra forma, acrescida e acumulativa ao invés de seletiva, podendo acarretar uma nova vivência social. No entanto, as práticas sociais do plano real não são excluídas, mas também sofrem modificações na sua forma. Ante a objetividade técnica da rede, isto pode gerar a ideia ambígua de *desabrigoamento* e pertencimento

(HEIDDEGER,2001) do indivíduo nela inserido.

A característica transformadora também encontrará respaldo em Flusser, onde a plataforma virtual – denominada de cena – irá se configurar como extensão do sujeito no meio. Nesse caso, os movimentos sociais reconfiguram seus campos de batalha e arena de debate, criando outros espaços para a difusão ideológica (p.17-18).

Sendo assim, as atividades no plano virtual irão fluir para o contexto social, ou como Debray denomina de *socius*, que possui um destino territorial, organizado e dependente de seus meios de locomoção e mobilização. Debray considera a dialética suporte/relações, constitui o ponto nevrálgico do esquema de interação, onde é “impossível tratar separadamente a instância comunitária do dispositivo de comunicação, uma sociabilidade de uma tecnicidade (DEBRAY, 2000, p.35)”.

No nosso caso, as redes sociais são customizadas para fins comunitários, embora exista um direcionamento categórico, e o emprego técnico das suas interfaces acabam por interferir na sociabilidade, moldando-a. no entanto, as formas pelas quais as comunidades se apropriam dos dispositivos, dando novas finalidades também moldam os dispositivos, como por exemplo, o *facebook*, que a partir do crescimento do número de grupos e comunidades, criou mecanismos próprios a eles, como porta-arquivos, espaço de fórum reservado, agenda, etc, agregando elementos que antes eram próprios das listas de discussão por e-mail, familiarizando os usuários habituados com tais práticas.

Estas novas formas são determinadas à medida que o princípio de apropriação é evidenciado. Entendemos como apropriação uma ação instrumentalizada voltada a um interesse do determinado grupo, abnegando seu sentido original, ou como ilustra Lacerda e Maziviero, aquilo que é da ordem de uso. Segundo Lacerda e Maziviero:

Assim, há uma trama, ligação, pacto, tensões e disputas entre aquilo que é da *ordem de uso* – o que é proposto, embutido, pré-determinado, codificado e estabelecido como finalidade dos produtos midiáticos, textos, mensagens [...] e tecnologias da informação e comunicação – e o que é da *(des)ordem*

da apropriação – formas de uso marginal, margens de manobra, astúcias, bricolagens, maneiras de empregar, formas desviantes, palimpsestos, etc (LACERDA & MAZIVIERO, 2011, p. 7).

Associa-se este conceito ao que Eliseo Verón chama de *contrato de leitura*, onde a “noção de ‘contrato’ enfatiza as condições de construção do vínculo que no tempo uma mídia e os seus ‘consumidores’ (VERÓN, 2004, p.275)”. Porém, nesse contrato há uma necessidade de se preservam a complexidade e heterogeneidade dos receptores. Isso remete a uma abertura da mídia a apropriação que cada indivíduo faz dela. No caso da relação movimentos/redes sociais digitais, abertura do seu uso e apropriação ocorre na garantia e preservação ao pluralismo que concerne aos movimentos. Do ponto social e político, associamos esta postura ao sentido democrático que está na própria verve dos movimentos. Em relação a isso, cabe a assertiva de Verón em que nos diz que:

É imperativo para a preservação do sistema democrático, assegurar que as lógicas que presidem a evolução-transformação das representações sociais no seio da sociedade civil continuem heterogêneas em relação à lógica de consumo, não sejam redutíveis aos mecanismos de concorrência econômica (VERÓN, 2004, p.282).

Dessa forma, os modos de apropriação das mídias na recepção permanecerão heterogêneos e diversificados, ocorrendo deslocamentos das lógicas da economia de mercado e de ação na sociocultural dos receptores (idem, 2004). Para ilustrar melhor, o papel desses receptores - nesse caso, ativos, nosso próximo tópico fará uma abordagem mais detalhada.

Recepção Ativa e participação: potencialidades das redes sociais digitais

Entendemos como recepção a partir do conceito de Jesus Martín-Barbero, onde receptor tido como sujeito dotado de ação social, sob o pensamento revisado de todo processo da comunicação, rompendo como que ele denomina modelo mecânico. Existe nisso, uma potencialidade de

reorganização da experiência social (MARTÍN- BARBERO, 1995). Nessa perspectiva, Martín-Barbero entende que a novas tecnologias – na qual a Internet está inserida – não é uma acúmulo de aparatos, mas sim um novo organizador perceptivo e um reorganizador da experiência social, onde os valores de nossa sociedade, de alguma forma estão sendo refragmentados e rearticulados. Sendo assim, o uso que os movimentos sociais fazem das redes sociais possibilitam novas experiências, onde se considera a multiplicidade de atores na sociedade civil, onde se tem a oportunidade de conhecer as demandas culturais e políticas da população.

Entendendo que a recepção é um espaço de interação (idem, p. 57), e no caso, as redes sociais permitem isso, percebe uma construção de possibilidades de mudança no indivíduo através da troca, da partilha, absorção de informação e da produção e conteúdo. O receptor não está submetido ao meio, ele pode interagir fortemente, de maneira participativa e colaborativa ou pode até mesmo optar pela passividade de apenas acompanhar as informações sem nenhuma interferência. No entanto, a experiência irá o modificar culturalmente.

O código da mensagem não está imposto está aberto e livre de circulação, criando novas relações entre o receptor e o código. Este tipo de relação, próprio do agira dos movimentos diferencia-se do modelo hegemônico dos governos e das empresas, que se caracteriza por uma verticalização, controlada, direcionada e objetivada.

Este procedimento de circulação livre do código pode se enquadrar no que o teórico britânico de origem jamaicana Stuart Hall designa nas modalidades de código negociado e de oposição. Embora seus estudos de Hall estejam direcionados a televisão, podemos empregá-los nas mídias digitais e seus dispositivos. Hall define como código negociado aquele que:

Contém uma mistura de elementos de adaptação e de oposição: reconhece a legitimidade das definições hegemônicas para produzir as grandes significações (abstratas), ao passo que, em um nível mais restrito, situacional (localizado) faz suas próprias regras – funciona como exceções à regra (HALL, 2003, p.401).

Enquanto o código de oposição é definido quando os significados e as decodificações são vistos de maneira contestatória, mesmo que parte inicialmente do procedimento negociado. É neste campo onde se trava a luta no discurso, advindo do receptor (idem, p.402).

Compreendendo os processos de produção de discurso e conteúdo dos movimentos sociais, que se apropriaram das redes sociais digitais, e embora operem dentro da lógica de sua interface. O receptor ativo também irá interferir e colaborar na experiência social e será um agente ativo. Estará ele reterritorializando o espaço virtual, dando uma nova forma ao grupo de maneira que, criam-se códigos de grupos, classes, culturas e afins, estabelecendo um pertencimento e uso de símbolos e linguagem próprios desta comunidade (PROSS, 1990, p. 162).

Há uma possibilidade da multiplicação da mensagem e alcance da atualidade e universalidade – remetendo ao conceito de Groth (idem, p. 166). No entanto, há ressalva para os riscos desta comunicação, uma vez que estar ‘incluído ou não em determinados grupos, pode criar igualdade em certo modo e desigualdades frente a outros grupos’ (idem. p.176) uma vez que as particularidades tendem a criar ‘guetos’, que por um lado reforçam a identidade cultural do movimento, mas pode gerar distinção em relação a outras frentes, embora possam existir elementos transversais entre os grupos.

METODOLOGIA

A metodologia deste artigo pautou-se em uma pesquisa bibliográfica extraída parte da bibliografia apresentada na disciplina Teorias da Comunicação Midiática, cadeira lecionada pelo Prof. Dr. Juciano de Sousa Lacerda. Foram consideradas as discussões em sala de aula, e toda a arquitetura do artigo foi exposto em um seminário apresentado, além das orientações e observações do docente durante as aulas da disciplina.

Este trabalho também se fez uso dos conceitos da pesquisa desenvolvida no mestrado em Estudos da Mídia da UFRN com colaborações dos estudos feitos no curso de Comunicação Social, habilitação em educomunicação da

Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), no qual o enfoque são os movimentos sociais e apropriação e uso de dispositivos midiáticos digitais. Nele, está sendo empregado o método de estudo denominado de *netnografia* ou Etnografia Digital, desenvolvido por Robert Kozinets. Segundo o autor, a Etnografia Digital consiste numa:

descrição escrita resultante do trabalho de campo que estuda as culturas e comunidades *on-line* emergentes, mediadas por computador, ou comunicações baseadas na Internet, onde tanto o trabalho de campo como a descrição textual são metodologicamente conduzidas pelas tradições e técnicas da Antropologia cultural. (KOZINETTS apud CERQUEIRA, 2010, p. 36)

Com estes métodos, prosseguiremos na pesquisa com o objetivo de identificar os movimentos e trabalhar sua relação com os dispositivos midiáticos digitais. Este preâmbulo teórico nos servirá de norte para uma etapa mais aprofundada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entendemos que o uso de dispositivos midiáticos, pelos movimentos sociais possibilitam o processo participativo do receptor, podendo inseri-lo no processo de produção de conteúdo. Mesmo sem exemplos específicos, podemos afirmar que os movimentos sociais ao se inserem no *bios* midiático, reterritorializam seu espaço de atuação se moldando as interfaces do dispositivo, uma vez que o dispositivo possui intencionalidade e finalidade inicial específica.

No entanto, a maneira que os movimentos conduzem o dispositivo, rearranjando para suas finalidades de operação, seja na articulação de ideias, elaboração de táticas e estratégias ou na mera disseminação de informação, subvertem o uso inicial dos dispositivos, o desterritorializando, no conceito de Martín Barbeiro, e o reordenando seu *modus operandi* á sua lógica.

É pertinente observar que a formação das comunidades dentro dos dispositivos, geram novas formas de experiência social, mudando os hábitos do movimento, sofrendo interferência do plano virtual, embora seja possível que não se exclua as práticas sociais anteriores ao uso, partindo para uma lógica acumulativa.

Mas de se atentar para a construção de novas identidades coletivas pode por um lado criar uma integração de indivíduos em comum numa causa, por outro lado pode excluir ou criar distinção de outros indivíduos que não estejam enquadrados na lógica do dispositivo, seja por falta de domínio, ou não adequação aos códigos do dispositivo. Há também de se considerar os níveis de distinção entre grupos que se formas através dos dispositivos e fora deles.

Creio que se faça necessário nesta pesquisa um aprofundamento voltado para o campo empírico a fim de confirmar nossas hipóteses ou refutá-las, mas que, sobretudo, possam otimizar os estudos empregados nesta etapa, que ficou restrita a pesquisa bibliográfica.

REFERÊNCIAS

BAUDRILLARD, Jean. **O sistema dos objetos**. 4. Ed. Trad. Zulmira Ribeiro Tavares. São Paulo: Perspectiva, 2006.

BURGOS, Raúl. **Da Democratização Política à Radicalização da Democracia: novas dimensões estratégicas dos movimentos sociais**. In: DAGNINO, E.; TATAGIBA, L. **Democracia, Sociedade Civil e Participação**. Chapecó: Argos, 2007.

CASTELLS, Manuel. **A Galáxia da Internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

COHN, Gabriel. O campo da comunicação. IN: FAUSTO NETO, Antonio; PRADO, José Luiz Aidar; PORTO, Sérgio Dayrrel. O campo da comunicação: caracterização, problematização e perspectivas. João Pessoa: Editora UFPB, 2001, p. 41-49.

FESTA, Regina. **Movimentos Sociais, Comunicação Popular e Alternativa**. In: FESTA, R.; LINS DA SILVA, C. **Comunicação Popular e Alternativa no Brasil**. São Paulo: Paulinas, 1986.

FLUSSER, Vilém. Abstrair (cap. 1); Imaginar (cap. 4). In: __. O universo das imagens técnicas: elogio da superficialidade. São Paulo: Annablume, 2008, p. 13-20; 37-44.

GOFFMAN, Erving. **Marcos de referencia primarios**. In: _____. *Frame Analysis: los marcos de la experiencia*. Madrid: Siglo XXI, 2006, p. 23-42.

HALL, Stuart. **Da diáspora: Identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

HEIDEGGER, Martin. A questão da técnica. **Scientiæ Zudia**, São Paulo, v. 5, n. 3, p. 375-98, 2007.

INNIS, Harold. O vié da comunicação. In: __. **O Viés da Comunicação**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2011, p. 103-133.

LACERDA, Juciano Sousa; MAZIVIERO, Helena. **Pesquisa da pesquisa sobre usos e apropriações das TIC's: um balanço aquém das expectativas**. In: XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação: **Quem tem medo da pesquisa empírica**. São Paulo: Intercom/Adaltech, 2011. v.1. p. 1 - 15. Disponível em:

<<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2011/resumos/R6-2376-1.pdf>> Acessado em 30 de maio de 2012

LUHMANN, Niklas. A improbabilidade da comunicação. *In: __. A improbabilidade da comunicação*. 4a. ed. Lisboa: Ed. Vega, 2006, p. 39-62.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. América latina e os anos recentes: o estudo da recepção em comunicação social. *In: SOUSA, Mauro Wilton de. Sujeito, O lado oculto do receptor*. São Paulo: USP Brasiliense, 1995, p. 39-68.

MONTEIRO, Luis. **A Internet como meio de comunicação: possibilidades e limitações**. 24º Congresso Brasileiro de Comunicação, Campo Grande, Mato Grosso do Sul, setembro de 2001.

MORAES, Dênis de. **Comunicação Alternativa em Rede e Difusão Contra-Hegemônica**. In: COUTINHO, Eduardo G. **Comunicação e Contra Hegemonia**. Rio de Janeiro: editora UFRJ, 2008.

MOUILLAUD, Maurice. Da forma ao sentido. *In: PORTO, Sérgio D.; MOUILLAUD, Maurice (orgs.). O jornal: da forma ao sentido*. Brasília: UNB, 2002, p. 29-35.

PROSS, Harry. La clasificación de los medios. *In: PROSS, Harry; BETH, Hanno. Introducción a la ciencia de la comunicación*. Barcelona: Anthropos, 1990, p. 158-178.

SCOLARI, Carlos A. Hipermediaciones (o cómo estudiar la comunicación sin quedar embobados frente a la última tecnología de California) - Entrevista a Damián Fraticelli. *Revista Lis - Letra Imagen Sonido - Ciudad mediatizada*. Año III 5. mar-Jun. 2010. Bs. as. uBaCyt. Cs. de La ComuniCaCión. FCs/uBa, p. 3-11.

SODRÉ, Muniz. **Antropológica do espelho**: uma teoria da comunicação linear e em rede. 4. Ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

SODRÉ, Muniz. **As estratégias sensíveis**: Afeto, mídia e política. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 2006.

VERÓN, Eliseo. **Fragmentos de um tecido**. Trad. Vanise Dresch. São Leopoldo-RS: Editora Unisinos, 2006.